

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ESCOLA DE ARQUITETURA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E  
PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

# ACESSIBILIDADE E PRESERVAÇÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE OURO PRETO, MINAS GERAIS



RAÍSSA DE KELLER E COSTA

BELO HORIZONTE, 2016

# **ACESSIBILIDADE E PRESERVAÇÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE OURO PRETO, MINAS GERAIS**

Raíssa de Keller e Costa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Linha de pesquisa Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído.

Orientador: Professor Doutor Marco Antônio Penido de Rezende

Co-orientador: Professor Doutor Marcelo Pinto Guimarães

Belo Horizonte

2016

# **ACESSIBILIDADE E PRESERVAÇÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE OURO PRETO, MINAS GERAIS**

Raíssa de Keller e Costa

Orientador: Professor Doutor Marco Antônio Penido de Rezende

Co-orientador: Professor Doutor Marcelo Pinto Guimarães

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Linha de pesquisa Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído.

Banca examinadora:

---

Professor Doutor Marco Antônio Penido de Rezende (Orientador)  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

Professor Doutor Marcelo Pinto Guimarães (Co-orientador)  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

Professor Doutor Leandro Beneditini Brusadin  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

---

Professor Doutor Tito Flávio Rodrigues de Aguiar  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Belo Horizonte

2016

## AGRADECIMENTOS

A ideia de fazer um mestrado parecia um sonho distante há pouco mais de dois anos e nesse momento final parece ter começado ontem. Embora o caminho percorrido no mestrado tenha sido veloz e repleto de curvas, a sensação adquirida ao término da dissertação é extremamente gratificante e não há como descrever o misto de emoções e a sensação de dever cumprido. Portanto, valeu a pena superar cada obstáculo!

Em meu caminho sempre tive pessoas iluminadas ao meu lado, o que tornou o percurso muito mais agradável e me deu a certeza de que com essa força extra eu iria conseguir. Por isso, agradeço a Deus que me iluminou para seguir esse objetivo e especialmente ao lado de todos que de alguma forma participaram da minha trajetória.

Agradeço, carinhosamente, aos meus orientadores Professor Marco Antônio e Professor Marcelo e ao MACPS por acreditarem em mim enquanto pesquisadora, por terem me aceitado e conduzirem a pesquisa apresentando os caminhos para o desfecho pretendido com tamanha sensatez.

A minha mãe, Rejane, e ao meu pai, Pedro Luis, agradeço pela confiança, pela base repleta de valores, caráter, por me incentivarem e possibilitarem de diversas formas que eu pudesse seguir os meus sonhos. Pela torcida, pelo apoio e pelo carinho de sempre, obrigada! Assim como agradeço imensamente à Monique a quem considero uma mãe de coração por se doar tão intensamente e com tanto carinho se incorporando naturalmente e com muita sensibilidade a minha vida. Minhas irmãs tão queridas, Tainá, Clara e Clarissa, cujo amor é tão intenso como o de mãe e para quem estarei sempre à disposição e na torcida assim como a Lili que já faz parte da família.

A minha família, Lígia e Rafael! A minha filha, Lígia, dedico a minha vida, a minha força para seguir adiante mesmo perante os obstáculos com ânimo e esperança. Devo muitos agradecimentos a você, minha filha, por ser essa luz na minha estrada; pela paciência, pelo amor, por existir! Agradeço imensa e carinhosamente ao Rafael por trilhar esse caminho comigo, pela torcida, pela paciência e por fazer parte da minha vida, vida que construímos juntos e que estamos sempre aperfeiçoando! Não posso deixar de mencionar o Floc que

entrou em nossas vidas tão repentinamente, mas me conquistou e me tornou uma pessoa melhor com a sua inocência canina.

Minha eterna gratidão a minha avó Silvia, meu avô Hamilton (em memória – que mesmo estando longe se faz presente em meus pensamentos), as minhas tias Claudia, Luciene e Karen por serem tão presentes e verdadeiras mães de coração, por acreditarem em mim, se preocuparem comigo. Amplio os agradecimentos a toda a família por parte de mãe que sempre me apoiou (primos, tios, ...).

A minha família por parte de pai, de um modo geral na pessoa do meu avô Pedro, cujos laços se intensificaram ao longo da vida e cujas demonstrações de apoio se fazem cada vez mais presentes e importantes para mim, tias, tios, primos e primas, obrigada!

A minha amiga Nara que é bem mais que uma amiga, uma irmã de alma e de coração a quem serei eternamente grata por existir na minha vida! Assim como a toda a sua família, especialmente à Rita que desde cedo me adotou juntamente com o Renato (em memória) e a cada um dessa família tão amável que sempre esteve torcendo e me apoiando como uma verdadeira família.

A minha amiga Danielle, agradeço pela parceria de trabalho de campo, parceria nos eventos, parceria da vida, uma grande amiga e companheira. O tempo mostrou como somos parecidas e nos uniu em uma amizade preciosa e madura que parece ser de infância. Sempre me apoiou e me incentivou nas minhas decisões e caminhada com grande sensibilidade e maturidade, mais uma irmã de alma que Deus colocou no meu caminho.

As amigas Leila (irmã de coração) e Renata (querida amiga e companheira) por se fazerem presentes mesmo diante de tantos desafios, como a distância física. As amigas Kassia e Rejane, agradeço pela parceria na graduação que me levou ao tema dessa pesquisa. Uma das minhas fontes mais utilizadas nesse material foi trazida por elas de um evento cuja publicação era sobre a acessibilidade em Ouro Preto, a primeira de todas.

Meus agradecimentos a turma do mestrado, especialmente a cada um do grupo “#naomejulguem” pelo companheirismo, pelos desabafos nos momentos de desespero, pela companhia nos pastéis na Savassi, pelas companhias no trajeto Ouro Preto-Belo Horizonte que ajudavam a tornar os momentos menos estressantes e mais alegres.

Agradeço aos professores do Turismo da UFOP, eternos mestres, que se mostraram sempre tão receptivos e dispostos a contribuir para a minha trajetória, especialmente ao Juca, ao Leandro e a Kerley. Agradeço a Nathália Melo, ex-aluna do Turismo UFOP que esteve sempre à disposição e me inspirou com o seu brilhante trabalho sobre acessibilidade.

Agradeço à Câmara Municipal de Ouro Preto por possibilitar que a minha pesquisa fosse realizada e pela disposição dos materiais utilizados na pesquisa. E a minha querida cidade de Ouro Preto que está sempre me surpreendendo e encantando com tamanha beleza e magia.

Agradeço a todos que de alguma forma estiveram comigo, ainda que de uma maneira um pouco mais distante, em segundo plano, mas que estiveram torcendo. Não citarei os nomes de cada um, mas todos que fazem parte da minha vida saibam que jamais serão esquecidos.

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida para a realização dessa pesquisa.

## **RESUMO**

### **ACESSIBILIDADE E PRESERVAÇÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE OURO PRETO, MINAS GERAIS**

Raíssa de Keller e Costa

Orientador: Professor Doutor Marco Antônio Penido de Rezende

Co-orientador: Professor Doutor Marcelo Pinto Guimarães

As cidades históricas, monumentos e sítios tombados enquanto patrimônio cultural são importantes na constituição da sociedade, de sua identidade e por isso precisam ser preservados para que gerações futuras possam usufruir dessa manifestação de cultura. No entanto, para que essa função social seja possível é necessário que haja acessibilidade possibilitando que todos tenham acesso aos lugares e possam vivenciá-los com autonomia e segurança. Apesar de ser um direito, nem sempre a acessibilidade se concretiza devido aos desafios de intervenções em sítios de preservação histórica como Ouro Preto, Minas Gerais. Este estudo busca compreender e discutir as condições de acessibilidade na Praça Tiradentes e na Câmara Municipal de Ouro Preto. A metodologia de pesquisa utilizada para concretização desse estudo está baseada em um leque interdisciplinar utilizando a pesquisa qualitativa e a pesquisa documental. Como resultado pode-se constatar evidências de fatores que sustentam a inacessibilidade na Câmara Municipal de Ouro Preto. Embora diversas adaptações para novos usos tenham sido realizadas ao longo de sua história de funcionamento nenhuma delas atendeu às exigências da legislação vigente sobre acessibilidade.

Palavras-chave: Acessibilidade, Patrimônio Cultural, Turismo, Ouro Preto.

Belo Horizonte

2016

## **ABSTRACT**

### **ACCESSIBILITY AND PRESERVING THE CULTURAL HERITAGE OF OURO PRETO, MINAS GERAIS**

Raíssa de Keller e Costa

Advisor: Professor Dr. Marco Antônio Penido de Rezende

Co-advisor: Professor Dr. Marcelo Pinto Guimarães

The historic cities, monuments and protected sites as cultural heritage are important in the establishment of society and its identity. Therefore, there is a need to preservation so that future generations may enjoy this expression of local culture. However, accessibility is a key factor for this social function to be possible. It allows everyone to have reach places and to experience the heritage environment with autonomy and safety. Despite being a civil right in Brazil, accessibility is not always achieved due to the challenges of creating heritage interventions in important historic sites such as the city of Ouro Preto, Minas Gerais. This study seeks to understand and discuss the accessibility conditions in both Tiradentes Square and the Town Council Hall of Ouro Preto. The research methodology adopted in this study is based on qualitative research and documental research at interdisciplinary range. As result, evidency factors supporte inaccessibility conditions in the Town Hall of Ouro Preto. Although several environmental adaptations have been made throughout its history, none of them have met past and current law requirements on accessibility.

Keywords: Accessibility, Cultural Heritage, Tourism, Ouro Preto

Belo Horizonte

2016

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa ilustrativo Centro Histórico de Ouro Preto - destaque para a Praça Tiradentes .....	54
Figura 2 - Praça Tiradentes Ouro Preto.....	55
Figura 3 - Praça Tiradentes com destaque para a CMOP.....	56
Figura 4 - Casa de Câmara e Cadeia .....	57
Figura 5 - Museu da Inconfidência .....	57
Figura 6 - Fachada da Câmara _ início do século XX.....	59
Figura 7 - Fachada da Câmara _2015.....	59
Figura 8 - Praça Tiradentes .....	62
Figura 9 - Gravura mais antiga da Praça.....	63
Figura 10 - Praça Tiradentes em 1865 .....	64
Figura 11 - Praça Tiradentes com árvores, década 1920.....	65
Figura 12 - Praça Tiradentes com coreto, década 1930. ....	65
Figura 13 - Praça Tiradentes sem coreto, década 1940.....	66
Figura 14 - Praça Tiradentes em 2010 .....	67
Figura 15 - Praça Tiradentes em 2015 .....	67
Figura 16 - Projeto da Fachada .....	69
Figura 17 - Fundos da Casa de Câmara e Cadeia.....	69
Figura 18 - Corte do Centro da Casa de Câmara e Cadeia.....	69
Figura 19 - Projeto da Fachada e dos Fundos da Casa de Câmara e Cadeia.....	70
Figura 20 - Rampa de acesso ao Museu da Inconfidência (Antiga Câmara) .....	71
Figura 21 - Elevador no Museu da Inconfidência .....	71
Figura 22 - Mecanismo de transporte inclinado de uma cadeira de rodas .....	71
Figura 23 - Sinalização de trânsito 1 .....	74
Figura 24 - Sinalização de trânsito 2 .....	74
Figura 25 - Calçadas em frente à Câmara .....	75
Figura 26 - Calçada na via lateral ao Museu .....	75
Figura 27 - Calçada em frente à Câmara.....	76
Figura 28 - Calçada de acesso à Câmara.....	76
Figura 29 - Parada de taxi 1 .....	77
Figura 30 - Parada de taxi com rampa.....	77
Figura 31 - Praça Tiradentes Ouro Preto.....	78

Figura 32 - Acesso ao lado do Museu .....	78
Figura 33 – Via central.....	79
Figura 34 - Vias de tráfego.....	79
Figura 35 - Vias de tráfego.....	80
Figura 36 - Comunidade na Praça .....	80
Figura 37 - Comunidade circulando na Praça .....	81
Figura 38 - Rampa.....	81
Figura 39 – Rampa .....	82
Figura 40 - Projeto atual CMOP .....	83
Figura 41 - Projeto da Câmara .....	83
Figura 42 – Parte não original do prédio da CMOP.....	84
Figura 43 - Parte não original do prédio da CMOP .....	84
Figura 44 - Projeto da Casa Legislativa de Ouro Preto.....	85
Figura 45 - Embarque/desembarque .....	87
Figura 46 - Acesso à Câmara .....	87
Figura 47 - Recepção da Câmara .....	88
Figura 48 - Acesso à Câmara .....	88
Figura 49 - Acessos de circulação na CMOP.....	89
Figura 50 - Acessos de circulação na CMOP.....	89
Figura 51 - Acesso à cozinha CMOP.....	90
Figura 52 - Acesso de circulação na CMOP .....	90
Figura 53 - Acesso ao banheiro 1º pav.....	91
Figura 54 - Acesso ao banheiro 2º pav.....	91
Figura 55 - Acesso ao banheiro 1º pav.....	92
Figura 56 - Interior do banheiro .....	92
Figura 57 - Acesso único ao Plenário da CMOP.....	93
Figura 58 - Acesso único ao Plenário da CMOP.....	93
Figura 59 - Acesso único ao Plenário da CMOP.....	94
Figura 60 - Beco do Pilão e lateral da CMOP.....	95
Figura 61 - Lateral da CMOP.....	95
Figura 62 - Exterior do portão lateral.....	96
Figura 63 - Interior do portão lateral .....	96
Figura 64 - Ambiente interno CMOP.....	97
Figura 65 - Acesso aos bebedouros.....	97

Figura 66 – Bebedouros .....	98
Figura 67 - Acesso único ao plenário.....	98
Figura 68 – Plenário.....	99

## **LISTA DE SIGLAS**

CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CMOP	CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO
EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
OMT	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO
UFOP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Aspectos metodológicos .....	16
1    ELOS CONCEITUAIS ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A ACESSIBILIDADE .....	19
1.1    Aspectos conceituais do Patrimônio Cultural .....	19
1.2    Aspectos evolutivos dos elos conceituais entre preservação e acessibilidade .....	22
1.3    As Cartas Patrimoniais .....	29
2    ACESSIBILIDADE – ASPECTOS EVOLUTIVOS E CONTEXTUALIZAÇÃO .....	31
2.1    Conceituando Acessibilidade .....	31
2.2    Marcos Legais para Acessibilidade no Ambiente Urbano .....	33
2.3    Entendendo a Acessibilidade .....	36
2.4    Desenho Universal .....	40
3    ACESSIBILIDADE E PRESERVAÇÃO EM SÍTIOS HISTÓRICOS.....	43
4    CONSIDERAÇÕES SOBRE O TURISMO E A ACESSIBILIDADE.....	47
5    ESTUDO DE CASO: A PRAÇA TIRADENTES E A CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, MINAS GERAIS .....	51
5.1    Contextualização histórica .....	51
6    DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE.....	61
6.1    Elementos urbanos de análise – Descrição das transformações da Praça Tiradentes 61	
6.2    Descrição da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica .....	68
6.3    Diagnóstico e discussão dos resultados das condições de acessibilidade .....	72
6.4    Descrição da atual Casa de Câmara de Ouro Preto.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	101
REFERÊNCIAS .....	105

## INTRODUÇÃO

Este estudo se justifica pela necessidade de se atribuir novas formas de utilização dos espaços considerando a articulação entre turismo, preservação e acessibilidade como fatores que favorecem o patrimônio em sua função social. Sendo o turismo relevante para a difusão da herança cultural, a acessibilidade parece ser fundamental para garantir a transmissão dos valores imersos nos lugares.

O patrimônio cultural possui em suas bases conceituais questões que norteiam as relações sociais como herança e memória. Considera-se aqui que o passado histórico de um lugar se mantém na memória coletiva e passa a sustentar a memória individual, com a sensação de pertencimento e valorização reforçando a identidade cultural.

Nesse ponto de vista a preservação do patrimônio cultural se faz na busca de se manter a identidade cultural, preservando a memória através de artefatos, lembranças e relíquias, e também os costumes, valores, expressões culturais. Segundo Lowenthal (1998:118), “como o passado parece afastar-se de nós, procuramos evocá-lo novamente multiplicando a parafernália que o cerca – lembranças, momentos, romances históricos, velhas fotos – e também preservando e reabilitando suas relíquias”.

Na busca pela preservação do patrimônio cultural as Cartas Patrimoniais publicadas ao longo do século XX, assim como as Convenções da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) deram visibilidade e importância no cenário global a esta questão, caracterizando-se como o início de um processo crescente de valorização e condutas dos processos de intervenção.

No Brasil, a Constituição Federal e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN são responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, até mesmo para conduzir a forma de preservá-los e de utilizá-los no contexto atual, intercalando, junto a isso, as demandas pela exposição do patrimônio de modo a intensificar a atividade turística.

Neste conjunto de quesitos que compõem o patrimônio cultural há que se considerar a questão da acessibilidade. O direito de acesso de todas as pessoas com autonomia e segurança aos lugares, especialmente aqueles com significado cultural e social, também está garantido na Constituição Federal. Assim como o patrimônio, a acessibilidade é subsidiada por secretarias específicas, leis, decretos, normativas, no entanto, não há equidade, na prática, entre os dois

quesitos. Acredita-se que uma das razões esteja relacionada às peculiaridades das intervenções em prol da acessibilidade no patrimônio, pois aparentemente esses dois pontos não são tratados com a mesma importância pela sociedade, atribuindo pesos diferentes a cada um.

De acordo com Brasil (2006:14), deficiência física é a “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física.” A mesma fonte define mobilidade reduzida como “a dificuldade de movimento, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência.” (BRASIL, 2006:14)

Considerando a deficiência física e a mobilidade reduzida busca-se discutir a inclusão social. Pode-se considerar, com a relevante legislação vigente no Brasil para que se conquiste a inclusão social, que os espaços urbanos, em sua maioria, ainda não estão preparados para receber visitantes com mobilidade reduzida e os que vivem com algum tipo de deficiência. No caso deste estudo, trataremos dessas questões com enfoque em pessoas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida.

Se há legislação e o ambiente construído não oferece oportunidade de acesso a todos de forma igualitária há que se considerar um problema no espaço, ou seja, o espaço assume um caráter segregador, excludente. Cohen (2006) afirma que não é apenas uma questão de impossibilidade de circulação, mas também da questão da apropriação, do afeto, da identificação pessoal com o lugar. Todo esse conjunto de problemas advindos da falta de acessibilidade pode afetar a experiência e a memória da pessoa com deficiência por não estar seguro no lugar, pela falta de autonomia, pelo desgaste físico e psicológico que as dificuldades de acesso podem acarretar. “Estamos conscientes, por exemplo, de que hoje, não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação e nos serviços.” (BRASIL, Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, 2012:9)

## **Aspectos metodológicos**

A principal motivação para a pesquisa foi buscar um entendimento sobre como está sendo tratada a questão da acessibilidade no patrimônio cultural assim como a necessidade de atribuir novas formas de utilização destes espaços. A natureza desse trabalho é fundamentar discussões sobre aspectos subjetivos e de valores abordados em uma discussão exploratória e demonstrativa da relação entre a acessibilidade e a vivência das pessoas no patrimônio.

A primeira parte desse estudo teve como objetivo mostrar um panorama dos dois temas (acessibilidade e patrimônio) tão essenciais para o contexto social, seus marcos legais e conceitos gerais que devem ser considerados no tratamento do patrimônio cultural.

Além da abordagem teórica optou-se por eleger um estudo de caso em Ouro Preto, um ícone mundial em termos de patrimônio cultural. Dentro da cidade tomou-se como objeto a Praça Tiradentes, principal praça da cidade. E no sentido de se analisar também uma edificação específica optou-se por analisar a Câmara Municipal, localizada nesta mesma praça, por entender que essa Casa representa os fatores político, social, histórico e turístico na cidade, além de sua localização privilegiada. Devido à dimensão do perímetro tombado na cidade foi necessário delimitar este estudo em certos locais específicos para um melhor aproveitamento e direcionamento da pesquisa.

A Casa Legislativa funcionou onde hoje está instalado o Museu da Inconfidência, antiga Casa de Câmara e Cadeia e que desde o final do século XIX está funcionando em um casario na Praça Tiradentes. No entanto, nesse estudo o atual Museu da Inconfidência será abordado apenas como um exemplo de possibilidade de intervenção no patrimônio de Ouro Preto com o devido respeito ao caráter histórico e cultural de uma edificação com tamanha representatividade. Portanto, a Casa Legislativa é amplamente utilizada pela comunidade, que frequenta reuniões políticas, mas também é procurado por visitantes e turistas que se sentem atraídos pela edificação que faz parte do conjunto tombado.

Destacam-se, portanto, dois pontos cruciais para a escolha da Casa legislativa: a representatividade devido às suas funções enquanto órgão público para a comunidade e com

isso a necessidade de garantir condições de acesso ao local; e a representatividade histórica e patrimonial da edificação onde funciona a Casa.

O estudo será ancorado no suporte teórico e metodológico da pesquisa qualitativa com foco no estudo empírico, partindo da observação dos aspectos físicos da Praça Tiradentes, da Câmara Municipal e dos que frequentam a Casa Legislativa. Foi analisado, mediante visitação e interação da pesquisadora com funcionários nos diversos ambientes da Câmara durante o seu funcionamento, como se dá a relação destes com a acessibilidade e o patrimônio. Este trabalho compreende as seguintes etapas:

- . Pesquisa bibliográfica
- . Levantamento de dados
- . Análise e discussão de resultados

A primeira etapa da pesquisa é de investigação bibliográfica, desenvolvida com base em materiais provenientes de livros, artigos científicos e publicações anteriores. Constitui-se numa revisão literária do assunto a ser estudado, com a finalidade de se apreciar o estado da arte.

A segunda etapa desta pesquisa envolve um levantamento de dados através de entrevistas com funcionários da Casa Legislativa, pessoas envolvidas com a prestação de serviços na Praça Tiradentes, pessoas que visitam, trabalham ou passam pela Praça e/ou Câmara, além de registro fotográfico. As entrevistas realizadas não têm caráter representativo de amostragem de público, são histórias ilustrativas para demonstrar evidências obtidas pelo exame de documentos, e pela observação de práticas e procedimentos.

As observações e entrevistas semi-estruturadas que foram os alicerces para as discussões dos resultados foram baseadas nos seguintes aspectos:

1. Comprovar o impacto da inacessibilidade na experiência das pessoas;
2. Verificar o entendimento sobre acessibilidade a partir de reações individuais sobre o uso de adaptações;
3. Confrontar conflitos entre valores individuais das pessoas entre acessibilidade e patrimônio.

Em maiores detalhes, pode-se descrever as etapas do trabalho na seguinte organização:

- Como primeira etapa do projeto foram abordados os aspectos teóricos tanto do tema do Patrimônio Cultural (com os seus conceitos básicos, sobre a preservação e as Cartas Patrimoniais) quanto do tema Acessibilidade (seu conceito, marcos legais e seus componentes). A relação complexa entre esses temas é analisada no item posterior, sobre Acessibilidade e Preservação. Ainda nessa primeira parte serão estudados o Turismo e a Acessibilidade, ou seja, o Turismo Inclusivo.
- Na segunda parte da pesquisa, o estudo de caso, foram abordados os aspectos referentes a Câmara Municipal de Ouro Preto – CMOP e o seu entorno: um breve histórico e contextualização, diagnóstico e descrição das condições da Praça Tiradentes (entorno) e da edificação da CMOP e discussão dos resultados apresentados pela conclusão da metodologia de pesquisa.

Esse estudo pretende ser um norteador sobre o entendimento acerca da acessibilidade como direito do cidadão e como se relacionam os temas que podem ser considerados tão amplos como o patrimônio e a acessibilidade. Como essa apropriação e as experiências nos bens patrimoniais podem influenciar na vivência e na interação com a acessibilidade de diferentes gerações de usuários?

# 1 ELOS CONCEITUAIS ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A ACESSIBILIDADE

A preservação do patrimônio será estudada nesse item como um aspecto importante na difusão da herança cultural da sociedade. É fundamental preservar para as pessoas e pelas pessoas para que o intuito maior do bem patrimonial seja possível, o de propagar a cultura. Nesse quesito social da preservação, a acessibilidade é elementar para que o patrimônio seja para todos.

## 1.1 Aspectos conceituais do Patrimônio Cultural

Os conceitos acerca dos termos “patrimônio”, “cultura” e “patrimônio cultural” podem trazer esclarecimentos e indagações sobre as questões contemporâneas tais como a utilização dos espaços, a apropriação do patrimônio e a necessidade de adaptar para novas formas de utilização dos bens patrimoniais, que traremos mais claramente ao longo deste estudo. Sendo assim, embora não haja a pretensão de elucidar todas as definições, espera-se expor os significados de acordo com os preceitos que serão utilizados como base conceitual para o desenvolvimento da linha de pensamento que permeia este estudo.

A origem da palavra “patrimônio” está vinculada ao termo “*patrimonium*” de origem latina, que segundo Ferreira (2001:16) pode ser definido como “o conjunto de bens ou capitais (recursos financeiros) gerados com recursos próprios do indivíduo, bem como aqueles recebidos de gerações pretéritas utilizados para prover o sustento e/ou manter a memória e tradições de uma família ou grupo e seus descendentes. ”

A Inglaterra, segundo Meneguello (2000:2), foi a pioneira no movimento pela preservação de edifícios no início do século XIX no contexto da Revolução Industrial. Países europeus, como a França, acompanharam o processo de industrialização acelerado que levava à demolição de muitos edifícios. Para evitar a perda desses edifícios e a descaracterização dos lugares, certos países desse continente passaram a agir no sentido de proteção ao patrimônio edificado e garantia da memória arquitetônica europeia. Apesar disso, segundo Choay (2006) o grande público só aderiu ao movimento a partir dos anos 1960.

A fusão dos termos “patrimônio” e “cultura” remete-nos à herança material ou imaterial, a qual preservamos e transmitimos às gerações futuras. O patrimônio cultural pode ser considerado como elemento representativo de uma sociedade e os seus bens culturais simbolizam a memória coletiva, diretamente relacionada ao passado e conseqüentemente à sua preservação como forma de manter a sua identidade, características próprias que as distinguem das demais.

O conceito de “patrimônio” popularmente pode ser confundido com o termo “patrimônio cultural” pela origem básica desses, a ideia de herança. Portanto, faz-se necessário compreender o conceito de “cultural” para compreender a abrangência do termo “patrimônio cultural” que será utilizado nesse documento. Entende-se que a definição de patrimônio cultural não é compartilhada por todos os estudiosos e há diferentes abordagens sobre o tema, mas espera-se expor os conceitos fundamentais utilizados como base conceitual para esse estudo.

Nas ciências sociais, a palavra “cultura”, embora em constante atualização, pode ser definida como tudo que foi e é criado pelo homem e transmitido na sociedade, inclusive ao longo do tempo. Pode ser o conjunto de crenças, de costumes, de regras, manifestações artísticas, tradições, ensinamentos que caracterizam determinada comunidade, inclusive na relação com a memória e a história local a médio e longo prazo. Geertz (1926:136) afirma que “a política de um país reflete o modelo de sua cultura.” Neste caso, sucintamente, a cultura não como cultos e costumes, mas como estruturas de significados moldadas pelo homem de acordo com a sua experiência e a política como palco para que estas estruturas de significados se desenrolem publicamente. Dessa forma, evidencia-se o papel que a cultura desempenha na vida social e suas relações com o comportamento real das pessoas e grupos, como um legado.

O conceito de “patrimônio cultural” emergiu do conceito de “monumento” que pode ser entendido pela materialização do patrimônio, com as características da sociedade. Os monumentos que resistiam ao tempo passaram a ser valorizados por uma corrente em que toda criação humana, ainda que em ruínas, se torna uma herança patrimonial.

(...) na categoria dos monumentos antigos entram, por fim, todas as criações da mão do homem independentemente de sua significação ou destinação original, na medida em que elas apenas testemunham sensorialmente a evidência de terem existido num tempo determinado antes do presente e de tê-lo sofrido. (REIGL, s/d:8)

Um dos valores atribuídos ao conceito de monumento, é tratado por Alois Reigl como “valor de rememoração” que pode ser conferido não apenas a elementos artísticos, mas conteúdos escritos e características que compõem esses elementos e que qualquer pessoa, ainda que sem conhecimento histórico é capaz de reconhecer como pertencente ao passado. Assim, “o valor de rememoração se ancora não na obra em seu estado original de aparecimento (*ursprüngliche Entstehungszustand*), mas na ideia do tempo transcorrido desde o seu aparecimento, que se manifesta sensorialmente nas marcas de sua idade” (REIGL, s/d:7).

A palavra “monumento” para designar o que se entendia por “patrimônio” foi, aos poucos, deixando de ser utilizada porque a palavra em si não apresenta a abrangência da proteção ao artefato.

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 1972, define patrimônio cultural como:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972:2)

Em 2003 a Conferência Geral da UNESCO na Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Imaterial realizada em Paris agrega o termo “patrimônio cultural imaterial” definindo-o como:

- (...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos, e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003:3)

A Constituição Federal, CF, Artigo 5º, de 1988, dispõe que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988:s/p).

Do ponto de vista nacional, a Constituição de 1988 abordou a questão cultural de maneira inovadora evidenciando aspectos relativos às construções culturais brasileiras. Reforçou-se os direitos culturais abarcando um tratamento mais amplo ao sentido de patrimônio que

considera a cidadania e o cidadão como foco. Encontra-se, ainda, descrito na CF todos os bens materiais e imateriais a que se refere o conceito relacionado para a salvaguarda ao patrimônio cultural do país.

Conforme descrito, a proteção do patrimônio cultural em todo o Brasil, segundo consta na Legislação em vigor, deve ser feita pelo poder público com a colaboração da comunidade. Dentre esses, destaca-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O IPHAN é responsável por proteger e promover os bens culturais do Brasil para salvaguarda do patrimônio material e imaterial para gerações presentes e futuras. Trata-se de uma autarquia federal diretamente relacionada ao Ministério da Cultura.

Cabe ao IPHAN, ainda, autorizar as intervenções nos bens integrantes do patrimônio cultural, inclusive os espaços urbanos e seus entornos segundo os princípios dispostos na Portaria nº 420 de 2010 de prevenção, planejamento, proporcionalidade, fiscalização e informação.

Mediante toda a valorização do patrimônio cultural enquanto identidade de um povo entende-se a necessidade da preservação para que seja usufruída por várias gerações.

## **1.2 Aspectos evolutivos dos elos conceituais entre preservação e acessibilidade**

Há que se considerar nas questões relacionadas a preservação e as intervenções a relação das pessoas com o passado, a memória. Segundo Lowenthal (1998), o passado é individual tanto quanto coletivo, mas a memória é “intensamente pessoal”, relacionada às experiências vividas, acontecimentos específicos. Da mesma forma, a memória é capaz de transformar acontecimentos públicos em “experiências pessoais idiossincráticas” (“lembro-me da parcialidade dos meus pais com relação a Roosevelt”, “a história política tornou-se um anexo da história da família” – (Lowenthal, 1998:79)) e as recordações pessoais mais frívolas que vem à tona com coisas que estimulam a lembrança com frequência, como explica o autor, um velho livro didático que pode se remeter não ao seu conteúdo, mas ao cenário de uma sala de aula na infância.

A importância da preservação da memória e do patrimônio cultural está, portanto, relacionada ao passado das pessoas que o herdaram e que o mantém vivo. Esta é a questão crucial da valorização do patrimônio, preservar para as pessoas e pelas pessoas.

De acordo com Choay, em se tratando das cidades e conjuntos arquitetônicos antigos:

Tendo se tornado patrimônios históricos de pleno direito, os centros e os bairros históricos antigos oferecem atualmente uma imagem privilegiada, sintética e de certa forma magnificada, das dificuldades e contradições com as quais se confrontam a valorização do patrimônio arquitetônico em geral, e em especial sua reutilização ou, em outras palavras, sua integração na vida contemporânea. (CHOAY, 2006:222)

A exposição do patrimônio cultural, de forma museal, eliminando-se as pessoas do cenário, também pode ser prejudicial devido aos impactos que atividades contemporâneas como o turismo pode causar. A indústria cultural tentou resguardar o patrimônio como intocável, mas, em 1976, a UNESCO adotou a “Recomendação relativa à proteção dos conjuntos históricos e tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea” em favor de um tratamento não museal das malhas urbanas contemporâneas (CHOAY, 2006:223).

O patrimônio cultural não pode ser tratado como imutável considerando-se que as intervenções humanas nada mais são que um reflexo das relações e interações dos cidadãos com o espaço que as envolve. Essas são questões que demonstram a dinâmica do patrimônio e a necessidade de que estes sejam transformáveis e possibilitem a diversidade. Pensar em patrimônio como uma exposição permanente da cultura de uma época é engessá-lo e impossibilitar a apropriação pelas pessoas, condição contrária à interação e a relação entre pessoas e patrimônio ao longo do tempo e para as gerações futuras.

Com a modernidade, o patrimônio cultural precisa sofrer mudanças constantemente para permitir que este compreenda os processos da vida humana. Como exemplo de mudanças que já ocorreram para interação entre as vertentes modernidade e patrimônio pode-se citar a transformação tecnológica com a utilização de veículos automotores, utilização de sinais de trânsito, entre outros.

A expressão cultural de um lugar é a soma de várias características de épocas distintas, característica da construção social e que deve ser contínua. Nesse contexto, a preservação do patrimônio cultural deve propiciar a permanência do que existe sem se tornar um obstáculo na continuidade da construção da identidade cultural urbana, sempre priorizando o aspecto social de interação e reconhecimento respeitando-se as novas demandas como a adaptação, ajustes

de sustentabilidade sociocultural, adaptações de infraestrutura ambiental e logística em prol de prover maior acessibilidade ao que já existe.

Ao pensar em adaptações do patrimônio cultural torna-se imprescindível reconhecer a importância das teorias do restauro.

As técnicas de restauro são definidas com base em teorias de grandes nomes consagrados. Dentre eles, tem-se Viollet-Le-Duc (2006:29) – “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelece-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”. Ele construiu sua teoria do restauro sobre certezas, demonstrando algumas vezes uma tendência à obstinação e à onisciência. Afirmava que princípios absolutos podiam levar ao absurdo posicionando-se contra a busca cega da unidade estilística. Considerava que todos os trabalhos deveriam ser feitos com base em dados concretos, fundamentando as decisões, pois, para ele, as hipóteses constituíam o maior perigo para os trabalhos de restauração. Atribuía ainda enorme importância ao levantamento e ao projeto como instrumentos de raciocínio e controle, ao registro preciso antes, durante e depois da intervenção, ou seja, a se proceder com método e rigor. Em “seus trabalhos de restauro, Viollet-le-Duc realizava diversas intervenções, muitas vezes “corrigindo” o projeto que parecia a ele defeituoso. Acreditava que através do conhecimento profundo de um sistema, poderia criar uma forma ideal para impô-la no monumento a ser restaurado. Por outro lado, defendia a pesquisa detalhada sobre o objeto do restauro e a ampla documentação sobre as intervenções realizadas, princípios válidos até os dias atuais.”(VIOLLET LE-DUC, 2006:29).

Nesse ponto de vista, no contraponto entre as ideias de Le-Duc e a acessibilidade contemporânea, pode-se interpretar que os elementos atuais de adaptação poderiam ser inseridos no ambiente histórico, desde que fossem documentados os elementos históricos originais, mas inacessíveis.

Com ideias opostas a Le-Duc, John Ruskin (2008:81), defendia “a não intervenção nos monumentos antigos, por considerar que quaisquer interferências imprimem novo caráter à obra, tirando sua autenticidade”. Sua contribuição foi fundamental nas reformas sociais e urbanísticas e de proteção ao meio ambiente. O valor, a profundidade e a atualidade das ideias ruskianas residem no fato dele não dissociar a preservação do quadro cultural mais amplo. Suas ideias evoluíram do campo teórico, como crítico de arte, para o da política. Defendeu questões como o ensino público obrigatório, nacionalização da produção e do comércio dos bens de consumo, seguro-desemprego, previdência social para invalidez e velhice.

Contribuiu, financeiramente, em causas sociais e construções de museus (Museu de História Natural de Oxford, Museu de Arte e Ciência em Sheffield). Ruskin era da linha preservacionista tipicamente inglesa, era contra a restauração e a favor do cuidado e a manutenção constantes aos monumentos. Contou com o apoio do arquiteto e designer William Morris, que inspirado nas ideias de Ruskin, fundou em 1877, a Sociedade para a Proteção dos Edifícios Antigos (SPAB).

Não falemos, pois, de restauração. É uma mentira do princípio ao fim. (...). A restauração pode chegar a ser uma necessidade, concordo. Encarem a necessidade e aceitem-na, destruam o edifício, arrojem suas pedras ao lugar mais afastado, façam delas lastro ou argamassa, mas façam honradamente, não o substituam por uma mentira [...] (RUSKIN, 2008:81)

As ideias de Ruskin parecem aqui fundamentar o posicionamento do IPHAN em relação à acessibilidade de sítios históricos, no qual a impossibilidade de preservar a autenticidade do testemunho histórico impede que adaptações sejam introduzidas numa edificação. Assim, o visitante com problemas de mobilidade somente poderia conhecer o sítio histórico por meio de vídeos ou reprodução de documentos e imagens.

Já o arquiteto Camilo Boito (2008:13) defendia a “mínima intervenção” e uma posição intermediária entre Viollet-Le-Duc x Ruskin, apesar de que inicialmente, os projetos de Boito se aproximavam muito das ideias de Le Duc. Mas sua trajetória não seguiu um percurso linear, nem totalmente coerente. A partir da década de 1880, buscou formular conceituações gerais sobre a restauração e para o estabelecimento de uma política de tutela respeitosa em relação às obras focadas. Em 1883, suas propostas foram adotadas até mesmo pelo Ministério da Educação Italiano. Dos teóricos é o que mais elaborou seu pensamento a partir de sua prática como restaurador e buscou fundamentar seus trabalhos em análises aprofundadas da obra em questão, "procurando apreender aspectos formais e técnico-construtivos das obras baseado em estudos documentais e na observação, bem como nos levantamentos métricos do edifício." (BOITO, 2008:13). Em sua obra, "Os Restauradores", Boito critica a frase "Restaurar um edifício quer dizer reintegrá-lo em um estado completo, que pode não ter existido nunca em um dado momento" de Le-Duc dizendo:

Como fazer? Colocamo-nos no lugar do arquiteto primitivo e adivinhamos aquilo que ele teria feito se os acontecimentos o tivessem permitido finalizar a construção. Essa teoria é cheia de perigos. Com ela não existe doutrina, não existe engenho que sejam capazes de nos salvar dos arbítrios: e o arbítrio é uma mentira, uma falsificação do antigo, uma armadilha posta aos vindouros. Quanto mais bem for conduzida a restauração, mais a mentira vence insidiosa e o engano, triunfante. (BOITO, 2008:58).

Nessa citação, Boito parece na verdade concordar com Le-Duc pois o edifício restaurado "pode não ter existido nunca em um dado momento," e por isso "é uma mentira, uma falsificação do antigo."

Em se tratando da acessibilidade no patrimônio cultural um elemento que se deve destacar é a forma como é evidenciada a valorização do patrimônio quando não há acessibilidade, como um contraponto justificável. Entende-se que os valores herdados carregam significados do patrimônio e a forma como são oferecidos às gerações, assim como o respeito a essa herança, permeiam questões como adaptação de cidades históricas em que novos usos e exigências sobressaem à necessidade de adaptar o patrimônio para o acesso de todos.

Frente a essa relação entre a acessibilidade e o patrimônio cultural há que se considerar diversos fatores que os integram, tais como a acessibilidade universal, acessibilidade especializada, tecnologia assistiva e a gestão do patrimônio cultural.

Segundo Plimmer *etal* (2006) embora o patrimônio cultural represente importante testemunha do passado e precise ser preservado às gerações futuras, a acessibilidade deve ser tratada como intervenção de adaptação, adequação para um uso necessário existente ou proposto. Segundo os autores, no Reino Unido, há um reconhecimento oficial de que o ambiente histórico traz uma contribuição significativa para o desenvolvimento social, cultural e econômico, mas especialmente ao bem-estar da nação, envolvendo questões como qualidade de vida, educação e apropriação pelo patrimônio; mas também desempenha sua função de fonte de informação, meios de subsistência movimentando a economia através do turismo. Além disso, citam pesquisas em que foi constatado que 1 em cada 4 visitantes aos equipamentos turísticos no Reino Unido possuem algum tipo de deficiência ou tem um parente próximo que se encaixa nesse perfil. Diante desses dados, os autores destacam a importância das adaptações não somente do ponto de vista social, mas econômico, devido ao retorno financeiro significativo. Resumidamente, aumenta-se a possibilidade de acesso, assegura-se a utilização da edificação, garante-se a conservação e valorização do patrimônio através do uso. Plimmer *etal* (2006) conclui que no Reino Unido, a busca pelo equilíbrio entre a conservação e a acessibilidade normalmente recai sobre a conservação quando a fragilidade do ambiente histórico é ameaçada pela possibilidade de acesso do público.

As novas formas de utilização do patrimônio e as mudanças necessárias para o cotidiano do espaço se fazem necessárias para atender às novas exigências que estão diretamente relacionadas às funções sociais do patrimônio. Dessa forma deve-se tratar as relações que

permeiam entre a preservação e a acessibilidade com muito cuidado, respeitando-se os valores que os cercam, mas tornando possível a vivência do lugar.

Um dos princípios reitores da acessibilidade é que ela deve integrar-se em todos os espaços, incluindo os que são considerados patrimônio. No entanto, respeitando-se os seus significados, há que se repensar os novos usos desse patrimônio levando em consideração a sua preservação, seus valores básicos, a transmissão dos valores de geração em geração como um reforço da cidadania e manutenção da cultura na sociedade. (UBIERNA, 2010:194). O respeito a todo o valor atribuído não significa um engessamento do patrimônio, mas a continuidade de sua função social e possibilidade de inserção no contexto atual com novas demandas e usos.

A interlocução entre políticas de turismo, preservação e acessibilidade são os pilares fundamentais da adaptação do patrimônio no Brasil considerando o grande potencial existente nesses eixos. Intervir no patrimônio em prol da acessibilidade, pode ser, portanto, uma forma de agregar valor com a transformação de paradigmas individuais, sociais e políticos. Há que se considerar, ainda, que o respaldo legal para ambos é numeroso, ainda que tenha muito o que avançar, e a atividade turística está em constante desenvolvimento especialmente quando se trata de antigos centros urbanos, como é o caso da cidade de Ouro Preto em Minas Gerais.

Nos antigos centros urbanos a questão da reinterpretação do passado se mostra pertinente, como trata Meneguello:

Somente uma conceituação complexa de um passado histórico descontínuo e reconstruído pode ultrapassar as materialidades mais imediatas e alinhar a preservação do patrimônio às questões pertinentes trazidas pela globalização. Para quem se preservam áreas e imóveis? Por que e em nome de que passado? (MENEGUELLO, 2000:3)

Se o patrimônio é produzido em conjunto, pela sociedade, tanto no aspecto da edificação como na simbologia e nos valores agregados por essa, faz-se necessária a garantia de que haverá proveito do bem da mesma forma, garantindo acesso de todos com autonomia e segurança.

Um dos principais teóricos da restauração com suas teses publicadas em Teoria da restauração de 1945, Cesare Brandi, segundo Froner:

defende a permanência das bases estéticas ancoradas na fenomenologia e nas teorias da percepção: para preservar a imagem (na qual reside uma multiplicidade de valores, sendo o mais importante deles o artístico) e transmiti-la às gerações futuras, é necessário minimizar os processos de

degradação que dizem respeito à matéria, reforçando a sua consistência física e restituir, mesmo que apenas potencialmente e naquilo que for possível, o aspecto original ou o que seja o mais significativo da imagem. (FRONER, 2013:9)

Nesse ponto de vista, a 'ambiência' do espaço histórico, ou seja, "o mais significativo da imagem" é tão importante quanto a restituição original dos materiais e das técnicas antigas.

De qualquer forma, seja qual for o método de intervenção adotado, o importante é ressaltar que a conservação preventiva de um imóvel ou até mesmo de uma obra é fundamental para que a mesma não chegue a sofrer intervenções de restauro.

No que tange à preservação, a Constituição Federal (CF), Artigo 2016, §1º, regulamenta que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988:124).

Não há dúvidas de que o patrimônio cultural no Brasil está resguardado pela Constituição Federal, pelo IPHAN, pela UNESCO e todas as autarquias relacionadas ao que tange à preservação física de todos os monumentos envolvidos. No entanto, isso não está claramente vinculado com acessibilidade. Até que ponto a preservação, na forma vigente, será passada entre as gerações? Como o cultivo à memória não será desfavorecida ao se considerar as condições de acesso a lugares e monumentos tombados?

Considerando os aspectos mencionados sobre o patrimônio cultural entende-se que é fundamentalmente importante tratar a forma como a cultura deve ser difundida e estar disponível a todos de maneira igualitária.

Diante disso, o ponto crucial da confrontação dos temas preservação e acessibilidade é a inclusão social pelo respeito às diferenças. Essa inclusão só será possível quando propiciar a apropriação do patrimônio por todos os cidadãos com igualdade de oportunidades e vivências.

### 1.3 As Cartas Patrimoniais

A Carta de Veneza publicada em 1964 explana que o “monumento histórico” é mais que o artefato, mas também o seu entorno, que deverá ser considerado e preservado pelo seu testemunho histórico.

Essa publicação, trata ainda, da Conservação do monumento:

A Conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. (Carta de Veneza, Artigo 5º, 1964:2)

Com relação a Carta de Veneza é importante considerar que no caso da destinação de uso do monumento se não for alterada a disposição dos espaços, um edifício histórico não poderia ter banheiros, e outros espaços criados por necessidades contemporâneas.

Posteriormente, a Carta de Burra de 1980, cita o termo “significação cultural” para definir diversas dimensões culturais de um bem e assim designa valores estéticos, históricos, científicos ou sociais desse, assim como o seu entorno, ainda em seu aspecto material. “As opções a serem feitas na conservação total ou parcial de um bem deverão ser previamente definidas com base na compreensão de sua significação cultural e de sua condição material”. (Carta de Burra, Artigo 6º, 1980:2)

A Carta de Nara publicada em 1994 continua o desenvolvimento deste conceito considerando a globalização e sua diversidade de culturas e patrimônios, valores e autenticidade. Nessa, a conservação também está relacionada aos valores atribuídos ao patrimônio, mas, agregando-se os valores sociais.

Num mundo que se encontra cada dia mais submetido às forças da globalização e da homogeneização, e onde a busca de uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição fornecida pela consideração de valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória coletiva da humanidade. (Conferência de Nara, Artigo 4, 1994:1)

Acredita-se que a importância de se desenvolver uma gestão direcionada aos interesses das pessoas se faz na preservação da memória, da história do lugar, mas só será possível se houver alternativas para continuidade desse processo para as gerações futuras, com adaptações legais e sustentáveis no bem tombado que beneficiem a todos os envolvidos. Nas

Cartas Patrimoniais, com tamanha relevância para a preservação, não há menção à acessibilidade, sendo esta uma demanda historicamente construída à medida que as atenções se voltaram para a diversidade em geral como um direito humano ao longo do século XX.

## **2 ACESSIBILIDADE – ASPECTOS EVOLUTIVOS E CONTEXTUALIZAÇÃO**

A acessibilidade é um processo cujo objetivo final é permitir qualidade de vida a todos, com iguais oportunidades de participação social plena, compensação de desvantagens, superação de deficiências, valorização da autoestima com autonomia, e essencialmente, suporte ao melhor desempenho pessoal possível com espontaneidade e segurança, assegurando assim a inclusão social. Nesse item serão tratados os conceitos da acessibilidade, marcos legais para a acessibilidade no Brasil, entendimento da acessibilidade enquanto fator social e contexto atual.

### **2.1 Conceituando Acessibilidade**

A sociedade está com as atenções voltadas para a inclusão e para a necessidade de possibilitar igualdade de acesso a todos, em todos os lugares e sensíveis à mudança. Mas, para pensar em inclusão social a acessibilidade é a palavra-chave como garantia dos direitos de cidadão.

Segundo Melo (2013:26), as buscas pelos direitos das pessoas com deficiência fazem parte de um processo histórico-social acentuada por movimentos reivindicatórios em todo o mundo. A autora destaca os movimentos ocorridos na década de 60 nos Estados Unidos da América (EUA) na cidade de Berkeley por ocasião do retorno de soldados da Guerra do Vietnã em que a maioria retornara com sequelas de explosões de minas terrestres. Um grande movimento emergiu neste cenário em prol de melhores condições de vida para esses guerreiros.

Em 1968, foi publicada nos Estados Unidos da América (EUA) a Lei das Barreiras Arquitetônicas cujo objetivo principal era eliminar barreiras em edifícios públicos federais ou alugados pelo poder público para uso do governo garantindo adaptações para o acesso de pessoas com deficiência.

Em 1984, criou-se no mesmo país as normativas e manuais em âmbito federal (UFAS - Uniform Federal American Standards) para servir como referência às adaptações de edificações patrimoniais e quando não fosse possível a adaptação plena, que deveria ser feita com base em recomendações essenciais na maior compatibilidade possível para a acessibilidade.

No final da década de 1980 deve-se destacar o surgimento do conceito de design universal com Ron Mace e seu centro de estudos e serviços de extensão na Universidade do Estado da Carolina do Norte, EUA.

Já em 1990, os EUA promulgaram a Lei dos Americanos com Deficiência – ADA que determinaram ações sistemáticas e coordenadas para implantação da acessibilidade em todos os cinquenta estados do país e em 1992 instituíram multas de até 100 mil dólares para falhas na acessibilidade em edifícios e/ou serviços.

No entanto, nota-se que apesar de regulamentações rígidas e pioneiras no cenário mundial com relação a projetos e novas edificações, as normas internacionais e nacionais são altamente flexíveis quando se trata de patrimônio cultural. (FERREIRA, 2001:133)

No Brasil, as condições de acesso a edificações históricas são precárias e pouco se tem feito para alterar essa situação mesmo mediante legislação vigente. Para entendermos o cenário da acessibilidade no Brasil é imprescindível, neste contexto, conceituar e entender a deficiência, enquanto problema de mobilidade, de comunicação e de navegação por ambientes. Acredita-se que toda a população vivenciará tais problemas em algum momento da vida. Portanto, a importância da acessibilidade se justifica em qualquer contexto.

De acordo com o Ministério do Turismo (2006:14), a “pessoa com deficiência é a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de algum tipo de atividade.” Neste conceito enquadram-se as pessoas com deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla.

Atrelando as condicionantes do espaço à deficiência, há, ainda, as pessoas com mobilidade reduzida, grupo que abrange um quadro numeroso de cidadãos, pois caracteriza-se por reunir pessoas com dificuldade de movimento permanente ou temporária e inclui neste grupo as pessoas com deficiência, os idosos, obesos e gestantes.

Segundo a NBR 9050 de 2004 a deficiência é a “redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou

permanente” (BRASIL, 2006:3). Um corpo com algum tipo de deficiência precisa ter condições seguras e autonomia para acesso a todo e qualquer espaço assim como qualquer outro cidadão sem deficiência aparente.

De acordo com o Censo Demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre as características gerais da população, 45 milhões, 606 mil e 048 pessoas de um total de 190 milhões, 755 mil e 799 são integrantes do grupo de residentes por tipo de deficiência segundo a situação do domicílio e os grupos de idade no Brasil, e destas, 13 milhões, 265 mil e 599 cidadãos possuem algum tipo de deficiência motora, caracterizados na pesquisa por “não consegue de modo algum”, “grande dificuldade”, “alguma dificuldade”. Isso representa uma grande parcela da população brasileira com algum tipo de deficiência e este número reforça a necessidade de atenção.

No entanto, percebe-se que mesmo com todo o aparato legal federal em prol das pessoas com deficiência, ainda há espaços que restringem a acessibilidade na prática, especialmente monumentos e bens patrimoniais como os que se encontram na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais.

A acessibilidade será tratada aqui como um processo de implantação de novos valores e de aprimoramento cívico e cultural, considerando que o envolvimento das pessoas é fator elementar para que seja colocada em prática. Com isso, observa-se que a sociedade não está preparada culturalmente para as diferenças e, conseqüentemente, o espaço também não está. Isso evidencia uma falta de preparação do meio para as necessidades do cidadão com algum tipo de deficiência.

## **2.2 Marcos Legais para Acessibilidade no Ambiente Urbano**

A Legislação brasileira se baseia nos princípios da igualdade e dignidade humanas e de acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988, Artigo 5º “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

O “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015) visa a inclusão social e a cidadania plena e efetiva dos cidadãos. Assim, baseado na CF de 1988 considera “pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (BRASIL. Lei nº 13.146, Art. 2º: 2015).

O Relatório Mundial sobre a Deficiência publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) define a deficiência como “parte da condição humana” e considera a incapacidade ou esses impedimentos citados na CF como sendo “aspectos negativos da interação entre indivíduos com determinadas condições de saúde (tais como paralisia cerebral, Síndrome de Down ou depressão) e fatores pessoais e ambientais (tais como atitudes negativas, transportes e prédios públicos inacessíveis, e apoio social limitado)” (OMS, 2011:7).

As Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que integram a legislação brasileira em prol de medidas para acessibilidade, visam a implantação correta de soluções adequadas, adaptações em alterações físicas nos locais para garantia da acessibilidade. Dentre as normas brasileiras, a da ABNT - NBR 9050 de 2004, de modo geral, trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, estabelecendo “critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.” (BRASIL, 2006:1)

Além da NBR 9050, outras Normas Técnicas Brasileiras de Acessibilidade existentes são numerosas e abrangem transporte, elevadores, comunicação, mobilidade urbana. Portanto, técnicas para inclusão com fins de mobilidade com identificação de barreiras, aplicação de técnicas e materiais. Aparentemente, em âmbito nacional, a NBR 9050 é complexa. É complementada pela legislação municipal, quando essa existe, para ser aplicada em diferentes locais, especialmente de uso público, como salas de reunião, galerias, equipamentos de esportes, restaurantes, hotéis, unidades de saúde (postos de saúde, hospitais, clínicas médicas), parques, praias, escolas, cinemas, museus, dentre outros.

As Normas Técnicas Brasileiras foram atualizadas recentemente, e a versão vigente foi publicada em setembro de 2015. A atualização tornou o texto mais informativo e detalhou um pouco mais algumas questões, como por exemplo: incluiu a Língua Brasileira de Sinais

(LIBRAS) ao conteúdo, e em versões anteriores tratavam somente de problemas de ordem arquitetônica e urbanística. Deve-se ressaltar que o conceito de Design universal, já citado na versão de 2004, teve o seu conceito mais ampliado nessa atualização para descrever os sete princípios. Contudo, não há disponibilidade de maiores informações sobre a aplicação dos princípios nos tópicos da norma.

Essas normas deveriam garantir a utilização autônoma e segura de qualquer ambiente, edificações, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos respeitando-se o patrimônio e mobilizando o turismo inclusivo. A falta de autonomia e segurança pode prejudicar a experiência pessoal e interferir na constituição do sentimento de pertencimento com o lugar.

O cidadão que utiliza espaços com algum tipo de deficiência deveria estar amparado pelas normas e integrado aos espaços edificados ou não edificados. Cabe, portanto, à sociedade implementar essas normas no cotidiano e aos gestores fiscalizar e cobrar a prática da legislação.

Nesse contexto, considerando o aparato legal pela acessibilidade, não se pode deixar de destacar o ponto crucial dessa questão, o entendimento da acessibilidade associado à qualidade de vida.

Acessibilidade é um processo (...que) se desenvolve a partir do reconhecimento social sobre a deficiência como resultado do grau de maturidade de um povo para atender os direitos individuais de cidadania plena. (GUIMARÃES, 2000:2)

Trata-se de uma questão que extrapola a técnica, já que se trata da individualidade de cada um. Assim, acessibilidade consiste na promoção da igualdade pelo respeito às diferenças, em tornar possível (na prática) o direito de ir e vir de todos com as mesmas oportunidades de acesso, de vivência, de apropriação do patrimônio, experiências vivenciadas por todos, possibilitando a difusão da herança cultural que é fundamental quando se trata de patrimônio cultural. Pode-se dizer que a implantação da acessibilidade universal justifica a preservação do patrimônio, considerando que a preservação deve ser feita para as pessoas e pelas pessoas.

O que está em jogo é a qualidade de vida das pessoas. A satisfação das necessidades físicas e psicológicas de usuários com alguma deficiência deve ser embasamento para a consideração de melhores condições de uso do espaço edificado. Nessa abordagem mais ampla e pouco contemplada pelas exigências das normas técnicas, as condições para interação social são fatores cruciais de qualidade de vida no processo da acessibilidade

### 2.3 Entendendo a Acessibilidade

Alcançar a acessibilidade plena envolve a prática das determinações presentes na legislação. Contudo, isso não é suficiente. A interação social, a cidadania e ações da sociedade em geral são fundamentais, como foi tratado no tópico anterior. Portanto, a vivência compartilhada dos espaços deve ser contemplada no planejamento ambiental, no uso dos espaços, na relação de socialização entre as pessoas, na evolução de atitudes e comportamentos inclusivos.

O planejamento ambiental, segundo Guimarães (1994:3) pode intervir nas circunstâncias físicas e psicossociais da relação pessoa-ambiente. Com isso, a exploração bem-sucedida de situações de socialização e de desempenho individual permite a formação de um repertório de respostas do usuário às novas experiências que passam a ser consideradas desafios, num ciclo virtuoso de crescimento e maturidade. Por outro lado, em caso de contínua frustração e falha na socialização e desempenho, o repertório de respostas passa a ser cada vez mais limitado, num ciclo vicioso de renúncia e derrota, como experiências de intimidação presentes no espaço edificado. A experiência nos espaços passa a ser negativa quando a vivência de espaços não compartilhados inúmeras vezes prejudica o crescimento pessoal, impede, segrega e intimida as pessoas.

Mediante o planejamento sistêmico, há que se considerar ainda, segundo Guimarães (1994:3), níveis de conforto flexíveis para ambientes e produtos, ou seja, deve-se analisar valores simbólicos para o uso do espaço edificado em que se alteram as relações entre as pessoas. Cada estudo deve entender aspectos de socialização em espaços com acessibilidade mesmo que estes sejam bens patrimoniais. Com isso, faz-se necessária a gestão ambiental e evolução das atitudes e comportamentos, como cita Guimarães (1994:3). Não se trata apenas de ações técnicas, mas aspectos culturais no incentivo da promoção da acessibilidade; aspectos que despertem a sociedade para a inclusão, para que o processo de acessibilidade seja constante no planejamento de qualquer projeto, seja de um espaço de uso pessoal, coletivo ou público.

Infelizmente, a acessibilidade ambiental não consta dentre as exigências de aprovação de projetos, e, raramente é verificada em inspeções e fiscalizações, como explica Guimarães

(1999:2) e assim as recomendações mínimas de padrões geram soluções restritas para usos em “ocasiões especiais” por “pessoas especiais” com “necessidades incomuns”. “O importante é conciliar esforços que aumentem a qualidade de experiências arquitetônicas para todos” (GUIMARÃES, 1999:3).

Se o aparato legal da acessibilidade for pensado e trabalhado juntamente com a necessidade de inclusão no sentido mais humano da palavra esses fatores podem influenciar diretamente as manifestações da acessibilidade tornando-a realidade. Há necessidade de discussão do assunto no âmbito da consciência social para favorecer ações na comunidade e fortalecer o envolvimento das pessoas na prática da acessibilidade. Segundo Guimarães (2000:1) o investimento em acessibilidade valerá a pena financeiramente se as atitudes e projetos estiverem voltados para evitar o estresse das pessoas antes mesmo que a deficiência se manifeste.

Assim, antes que uma deficiência evidente gere a demanda por adaptação de espaços inadequados a possibilidade de acesso deve estar disponível. Isso poupa as pessoas de um desgaste físico e psicológico, seja por algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida, temporária ou não. Essa é a acessibilidade que se espera encontrar e tornar uma prática comum: a acessibilidade enquanto previsão, e não ações paliativas e pontuais.

A acessibilidade ambiental, portanto, é um processo baseado no modo em que as pessoas sob efeito de deficiências variadas podem vivenciar plena e completamente o ambiente construído, como um processo dinâmico (GUIMARÃES, 1999:4). A interação social inclusiva estará constituída quando lesões físicas ou efeitos de uma deficiência não estabeleçam problemas. Com isso a melhoria na qualidade de vida nos ambientes edificados de áreas urbanas será evidente e comum a todos em qualquer situação e momento da vida.

O design universal de ambientes urbanos inclusivos acontece, então, quando alguém que vive sob os efeitos de uma deficiência na mobilidade passa a ir para qualquer lugar na cidade e pode achar lá os recursos suficientes que atendam às necessidades específicas de atividades sociais de grande significado pessoal e social. (GUIMARÃES, 1999:5)

A busca por melhorias em prol da acessibilidade ambiental depende de alguns fatores, como esclarece Guimarães (1999:6):

- a) Definição clara das necessidades dos usuários;
- b) Consciência pública que tais necessidades não são demandas exclusivas de grupos minoritários;

- c) Compromisso profissional para o desenvolvimento de soluções para acessibilidade ambiental em design de alta qualidade;
- d) Meios técnicos de aplicar modelos conceituais inclusivos;
- e) Compromisso político para que a comunidade possa exigir melhores padrões de vida.

A relação entre alguns fatores que permeiam a questão da acessibilidade é fundamental para entender a dinâmica necessária para o funcionamento da inclusão na prática. Trata-se do equilíbrio proposto por Guimarães (2013) entre acessibilidade universal, ajudas técnicas, tecnologia assistiva e aprendizado sobre processos de inclusão.

- a) Acessibilidade universal: soluções ergonômicas para se criar ambientes que sirvam de base para o benefício de todos;
- b) Acessibilidade especializada: soluções incomuns no uso do ambiente edificado ou informatizado pensadas para atender características peculiares de certas pessoas (sem que seja uma solução padrão);
- c) Tecnologia assistiva: recursos tecnológicos complementares que auxiliem as pessoas a lidar com a acessibilidade universal: instrumentos, meios ou equipamentos de uso pessoal criados especificamente para compensar os efeitos de uma deficiência e ampliar, manter ou melhorar a capacidade funcional na interface com o ambiente, como muletas, cadeira de rodas, mecanismos de ajuda, bengalas, entre outros;
- d) Ajuda técnica: prática ou atividade específica e peculiar, muitas vezes como solução de improviso, para propiciar o uso de tecnologia assistiva ou de elementos da acessibilidade nos processos convencionais e efetivos procedimentos de pessoa com deficiência de modo contínuo e habitual;
- e) Aprendizado sobre processos de inclusão: processo contínuo e global, as pessoas devem aprender a buscar soluções de forma ativa e responsável atuando diretamente na construção de cidadania e conseqüentemente na estabilização de uma sociedade inclusiva.

A acessibilidade especializada, segundo Guimarães (2013:2) deve ser aplicada quando a combinação entre acessibilidade universal e tecnologia assistiva não for eficiente. Na mesma linha de pensamento, o autor explica que o investimento em tecnologia assistiva não pode implicar na falta de investimento em acessibilidade universal. Assim, se esses limites forem transpostos a ideia de exclusão social estará vigorando e a acessibilidade especializada irá prevalecer, o que não é interessante por se caracterizar como soluções e práticas paliativas. “O

investimento em acessibilidade especializada para ambientes personalizados deve ser menor do que o investimento em recursos de tecnologia assistiva compatíveis e aplicadas nas pessoas para seu melhor desempenho em espaços de uso coletivo ou público.” (GUIMARÃES, 2013:3)

A diferença entre a acessibilidade universal e a especializada pode ser caracterizada, segundo Guimarães (2013:3) da seguinte forma:

- A universal, por ser mais barata e benéfica para todos, cria uma base de utilização da tecnologia assistiva apropriada para compensar problemas de deficiência específica.
- A especializada possibilita que profissionais trabalhem na criação de soluções de interferência no espaço, sob medida, para o melhor desempenho de uma pessoa ou grupo específico.

Nessa diferenciação fica evidente que a prevenção de situações de exclusão por problemas de deficiência ou mobilidade reduzida é essencial para que ocorra a prática da acessibilidade. Ainda assim, a tecnologia assistiva é necessária em situação específica para propiciar o controle de uma pessoa. Mesmo quando o espaço estiver preparado minimamente para atender a todos os cidadãos dando-lhes a garantia de autonomia e segurança no usufruto dos lugares.

A acessibilidade universal deve ser preponderante em todo lugar e a tecnologia assistiva deve ser complementar para dar instrumentação às pessoas em suas necessidades específicas. A acessibilidade especializada é importante para o desenvolvimento crítico de soluções da acessibilidade universal, mas não deveria ser aplicada fora do ambiente particular, personalizado, para não ameaçar a eficiência da inclusão social enquanto processo. A ajuda técnica no ensino da inclusão pressupõe o suporte de métodos e técnicas prestados ao estudante sem restringir seu poder de escolha num contexto participativo com seus colegas. (GUIMARÃES, 2013:9)

Dentre outros fatores que fundamentam a amplitude da acessibilidade há dois conceitos básicos, mas gerais, que constam nesse estudo: as barreiras e a rota acessível. As barreiras são (...) "Qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação” (BRASIL, 2009:18). Compõem esse grupo, de acordo com o Decreto nº5296/2004:

- a) Barreira urbanística: existentes em vias e espaços públicos;

- b) Barreiras nas edificações: existentes no entorno e no interior de edificações de uso público e coletivo além de áreas internas de uso comum em edificações de uso particular/privado;
- c) Barreiras nos Transportes: existentes em meios de transportes impedindo ou dificultando a entrada nos veículos assim como aos terminais e pontos de parada;
- d) Barreiras das informações e comunicações: entraves ou obstáculos que dificultem ou impossibilitem o recebimento de mensagens e o acesso à informação.

A maior barreira para pessoas com qualquer tipo de deficiência é o preconceito, a barreira atitudinal que acontece porque certas pessoas não são capazes de entender sobre deficiência, não convivem com o assunto e não percebem a importância de não segregação.

Sobre rota acessível, segundo a NBR 9050 de 2004, entende-se que seja um “trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações de maneira que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive as com deficiência” (BRASIL, 2006:4). Assim, a rota acessível engloba o interior, mas também o entorno e a parte externa aos lugares.

A rota acessível envolve a experiência do cidadão por completo, incorporando estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, corredores, pisos, escadas e elevadores, portanto, é todo o trajeto cujo percurso se faz necessário para o acesso ao espaço de destino, tanto em seu exterior como em seu interior. Pensar em todo o percurso favorece a percepção e vivência do espaço, já que adaptar somente o espaço, internamente, não favorece o acesso externo o que ainda caracteriza segregação e influencia a experiência, quando não impede totalmente o acesso.

Mais do que manterem condições mínimas de uso pela acessibilidade especializada, todos os lugares devem oferecer meios de acessibilidade universal, para todos, com ou sem deficiência aparente.

## **2.4 Desenho Universal**

O conceito de desenho universal visa abranger benefícios a todos, sem distinção, mesmo para os que não vivam com algum tipo de deficiência ou limitação no uso de espaços e edifícios.

O Decreto Federal nº 5296 de 2004, artigo 8º, Inciso IX, define o Desenho Universal como

(...) a concepção dos espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. (BRASIL. Decreto Federal 5296 de 2004: s/p).

O Desenho Universal é fundamental nas questões referentes ao uso dos espaços agregando ao repertório de experiências bem-sucedidas os significados para as relações sociais e a valorização dos seus elementos estruturais. Assim, a acessibilidade universal resultante não se restringe à adoção de medidas paliativas, mas compreende espaços que possibilitam ambientes compartilhados para inclusão além das exigências de normas técnicas, no ato de experienciar os espaços, considerando que “visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população”, conforme exposto na NBR 9050 (2004:3).

O desenho universal se dá na contribuição para as relações entre espaços e cidadãos, na valorização do reconhecimento do bem como patrimônio de todos e consequente inserção dos valores individuais no bem coletivo por meio da experiência compartilhada.

#### **2.4.1 Princípios do Desenho Universal**

A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Brasil, adotou uma interpretação para os sete princípios definidos pela Universidade Estadual da Carolina do Norte, NCSU - EUA, que norteiam o Desenho Universal:

1) Igualitário - uso equitativo

Os ambientes devem ser iguais para todos, sem segregação. Assim, os espaços, objetos e produtos devem ter condições para serem utilizados por pessoas com habilidades distintas, tornando os ambientes iguais para todos.

2) Adaptável – uso flexível

Os produtos ou espaços devem atender as pessoas com habilidades e preferências distintas permitindo a adaptação para qualquer uso de acordo com a necessidade e ritmo do usuário.

3) Óbvio – uso simples e intuitivo

O desenho deve transmitir uma informação de fácil percepção, propiciando que qualquer pessoa compreenda independente de sua experiência, conhecimento, habilidades de linguagem ou nível de concentração.

4) Reconhecível – de fácil percepção

O elemento deve transmitir a informação de forma a atender as necessidades de todos mesmo com dificuldade de visão e audição e em nível global, ou seja, mesmo uma pessoa estrangeira.

5) Seguro – tolerante ao erro

Deve prever e minimizar riscos e possíveis consequências diversas de ações acidentais ou não intencionais.

6) Sem esforço – baixo esforço físico

Deve propiciar que objetos sejam usados eficientemente, com conforto e com o mínimo de fadiga.

7) Abrangente – dimensões razoáveis

O desenho deve ter dimensões apropriadas para aproximação e uso bem como para o alcance e a manipulação, independentemente do tamanho do corpo, da postura ou mobilidade do usuário.

O conceito de Desenho Universal e seus princípios trazem elementos importantes ao processo de prática da acessibilidade. Isso diz respeito aos desafios que se fazem presentes e que interferem na experiência de socialização de modo geral. Para alcançarmos a acessibilidade plena esse conceito deve ser amplamente utilizado a fim de que todos tenham iguais possibilidades de convivência em todos os espaços integrados pela rota acessível.

### **3 ACESSIBILIDADE E PRESERVAÇÃO EM SÍTIOS HISTÓRICOS**

Como compatibilizar a acessibilidade com a preservação? Deve ser igualmente pensada a forma como acontece a preservação, a garantia da autenticidade, abordadas com suas especificidades nas Cartas Patrimoniais citadas anteriormente e na Constituição Federal de 1988. No entanto, não é tarefa fácil.

Para repensar os usos de um bem patrimonial há que se fazer um estudo do patrimônio que sofrerá a intervenção, considerando o seguinte (Manual de Acessibilidade do Ministério do Turismo, 2006):

- O contexto histórico,
- As tipologias,
- As características estruturais, materiais,
- As funcionalidades,
- Os usos,
- O entorno imediato,
- A composição estética, arquitetônica e urbanística.

Além disso, todos esses quesitos têm que estar vinculados a outros considerados aqui de natureza psicossocial que são fundamentais para que a memória continue sendo passada entre gerações e para que o patrimônio não se torne somente uma vitrine da história:

- A manifestação do público,
- Ao enfoque aos significados,
- Ao simbolismo,
- A essência,
- A percepção de pessoas distintas sobre aquele patrimônio,
- Aos usos cotidianos e

- Aos percursos.

A população deve se sentir parte do processo de intervenção do patrimônio, afinal, o mais importante propósito de preservar o patrimônio é que esteja disponível para a sociedade e que se mantenha na memória fortalecendo o sentimento de pertencimento com o lugar. Nesse contexto, deve favorecer a vivência, possibilitando experiências de troca entre o cidadão e o contexto em que se insere o espaço de uso público.

As intervenções devem ser cautelosas para não descaracterizar o patrimônio e não agredi-lo. As propostas devem utilizar conhecimentos prévios do objeto e das possibilidades de solução com base em outras experiências para atender às necessidades sem comprometer o futuro, prezando pela sustentabilidade do bem. Ubierna, em 2010, trata a relação entre os dois temas como um binômio: “O binômio acessibilidade e patrimônio, questões técnicas à parte, guarda profundos vínculos com sensibilidade e respeito, sendo, portanto, não alheio à filosofia (...)” (UBIERNA, 2010:204)

Mas, se diante de todo cuidado e respeito ao patrimônio as adaptações forem inviáveis por descaracterizar a autenticidade do bem há que se criar novas alternativas para visitação, ainda que sejam trajetos alternativos, e em último caso, a visitação deve ser negada a todos, como defende Ferreira (2010:20). Esse autor acredita que disponibilizar alternativas para visitação de pessoas com algum tipo de deficiência ao patrimônio é contraditório às normativas pois as medidas continuam sendo paliativas para esse grupo, diferentemente das outras pessoas que podem utilizar o espaço da forma como quiserem. Acredita, então, que a inclusão só será possível quando as pessoas com algum tipo de deficiência tiverem a mesma autonomia e possibilidade de vivência nos lugares que as demais. Medidas provisórias continuam se caracterizando como falta de acessibilidade pois não dão chance de que as experiências sejam equiparáveis para todos. Sendo assim, a negação da visitação a espaços com barreiras e que promovem a desigualdade social deve ser considerada até mesmo como um fator de impacto que pressione gestores e outras autoridades competentes.

A eliminação de barreiras para acesso de pessoas com deficiência aos lugares pode ser determinante com relação à experiência vivida no lugar. Para criar “experiências afetivas dos espaços” e conseqüentemente se identificar com a cidade é preciso que a pessoa seja capaz de se introduzir nos espaços com seu corpo e os seus sentidos para que estes lhe permitam que sua experiência nos lugares se concretize de forma satisfatória (COHEN E DUARTE,

2004:5). Acredita-se que essa vivência é fundamental para que se possa considerar a acessibilidade plena no local.

A sensibilidade enraizada nesse contexto se faz, de um lado por meio do Direito Constitucional à cidade e à cultura, o direito à memória e à cidade a todos, a igualdade como princípio básico da sociedade brasileira e de outro lado as barreiras arquitetônicas e urbanísticas. Há também as singularidades da preservação de cada bem patrimonial, a autenticidade do patrimônio e a preservação regidos pelas mesmas bases sociais e políticas. Deve-se destacar que as duas dimensões, acessibilidade e patrimônio, não são excludentes na teoria, mas parecem ser na prática quando a preservação do patrimônio passa a ser utilizada como justificativa para a não adaptação de bens patrimoniais.

Como uma das práticas, entende-se que o direito à cidade e à mobilidade devem estar incorporados ao planejamento urbano. Assim, cabe aos Municípios, Estados e União iniciativas de gestão e execução de políticas e planos em prol da mobilidade, considerando-se, como exposto anteriormente, a particularidade de cada bem.

Cabe aos municípios, planejar e executar a política de mobilidade e acessibilidade urbana local; ao Estado, a integração dos serviços em aglomerados urbanos e regiões metropolitanas assim como o estabelecimento de política tarifária de incentivos, como a redução de ICMS sobre combustíveis; à União, a assistência técnica e financeira aos projetos estruturantes e à capacitação de agentes e entidades públicas. (BRASIL, Manual de Acessibilidade, 2006)

No Brasil há diversas secretarias e órgãos estatais para defesa da mobilidade, tais como:

- a. A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB, que integra o Ministério das Cidades e visa a implantação do Plano Nacional de Mobilidade Urbana;
- b. A Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos que visa a questão da acessibilidade em âmbito federal;
- c. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, que visa defender e promover os direitos humanos em âmbitos federal, estadual e municipal;
- d. A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com deficiência que integra a SDH/PR mas tem como foco ainda mais restrito a articulação e coordenação das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência;

- e. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, em que a participação pública é parte fundamental do processo de definição, planejamento e avaliação das políticas destinadas à pessoa com deficiência.

Todo e qualquer projeto envolvendo a adaptação do patrimônio deve se adequar às diretrizes existentes de mobilidade e acessibilidade articulados ao plano diretor, plano de habitação e à Lei de Uso e Ocupação do Solo, se houver. E, ainda assim, como reforça o Manual de Acessibilidade do Ministério do Turismo (2006), deve-se prezar pelo bom senso em alguns casos e pela criatividade devido às especificidades de cada centro histórico.

Dessa forma, mediante a consideração da rota acessível, pode-se garantir que o direito do cidadão de acesso aos bens tombados e monumentos seja respeitado ao mesmo tempo em que se depara com as questões de preservação do patrimônio. Então, a rota acessível deve ser estudada como uma ferramenta fundamental considerando-se que adaptar somente parte do espaço não garante que a pessoa com algum tipo de deficiência consiga chegar até ele e usufruir das suas possibilidades de vivência.

Para ser colocada em prática e viabilizar a acessibilidade em cidades históricas, a rota acessível deve ser direcionada à garantia de movimentação no espaço urbano, à relação dos cidadãos com os espaços, objetos e percursos.

## 4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TURISMO E A ACESSIBILIDADE

O turismo assim como a acessibilidade visam o bem-estar das pessoas e, portanto, o fator social e seus desfechos são de suma importância quando se trata da experiência das pessoas. Neste item serão abordados alguns conceitos e particularidades que se trabalhadas em conjunto agregam valor à atividade turística, contribuem para o processo da acessibilidade e especialmente para a qualidade de vida dos cidadãos.

### 4.1 Entendendo o Turismo – aspectos conceituais

A Organização Mundial do Turismo - OMT defende que o Turismo

É um fenômeno social, cultural e econômico que implica o movimento de pessoas para países ou lugares fora do seu ambiente habitual para fins pessoais ou profissionais/comerciais. As pessoas são chamadas de visitantes (entendidas como turistas ou excursionistas) e o turismo implica em atividades, algumas das quais envolvem despesas de turismo. (OMT, 2007 *apud* MELO, 2013:34)

Os estudos em Turismo são multidisciplinares e envolvem diversas áreas econômicas e de estudos, o que dificulta a composição de um conceito único e estático em relação a essa área.

O Turismo é considerado uma atividade relativamente nova especialmente no que tange a investimentos e pesquisas. Segundo Cooper *et al* (2009:33) a atividade causa grande impacto sobre as economias, os ambientes e a sociedade chamando a atenção para a comunidade acadêmica. Embora as abordagens tradicionais reduzam o Turismo à atividade econômica, pesquisas contemporâneas trazem à tona a importância desse campo do conhecimento para os indivíduos (COOPER *et al*, 2009:35).

De acordo com Lemos (2005:93), “O Turismo pode ser uma dinâmica de encontro, coloca em um mesmo espaço pessoas em condições socialmente desiguais.” A ideia tradicional de que o

Turismo é para pessoas com as melhores condições financeiras e altos níveis culturais perde sua força com o incentivo ao turismo de massa cujo alcance independe de condição social.

O Turismo pode funcionar como um instrumento de afirmação da memória e da identidade de um lugar. Dessa forma, segundo Brusadin (2015:71) se apropria do patrimônio cultural ao “transformá-lo em objeto de visitação e contemplação social”. Segundo o autor, o Turismo “interfere no constante processo de construção e reconstrução da identidade” (BRUSADIN, 2015:19). Assim, o Turismo deve considerar sempre a comunidade envolvida para transmitir os valores imersos no local enquanto propulsores da história e identidade do lugar.

A importância do turismo está, principalmente, no aspecto social da atividade, na gama de possibilidades de conhecimento, reconhecimento, valorização e transmissão de valores de um lugar e nas relações sociais desse contexto, visitante e comunidade.

De outro ponto de vista, o Turismo enquanto atividade pode trazer impactos negativos para o lugar. Uma das questões cruciais é a transformação dos lugares em vitrines de turismo em que a atividade econômica se apropria do lugar descaracterizando a questão da identidade cultural, segregando a comunidade.

Ainda que com esses problemas advindos do crescimento contínuo do Turismo, há de se considerar que, se houver planejamento adequado e fiscalização, o Turismo promove a valorização dos destinos. Com isso, na maioria das vezes, fortalece a preservação do patrimônio cultural, além de gerar renda para a comunidade local.

A possibilidade de apropriação dos espaços pelas pessoas através do turismo depende diretamente de um bom planejamento e de investimentos. Nesse contexto, todos os turistas devem ter condições favoráveis de vivenciar o patrimônio cultural. Por isso, o Turismo Inclusivo será exposto aqui como um processo de desenvolvimento cultural e de valorização do turista com ou sem algum tipo de deficiência.

Nesse contexto, o turismo apresenta-se como uma forma de promover o bem-estar social na medida em que se consiga não impedir, negar, limitar ou condicionar o acesso aos bens, equipamentos, atrativos e serviços turísticos, de modo a garantir a igualdade de direitos e condições aos cidadãos. Ou seja, um Turismo Social. (MTUR, 2006: s/p)

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2009:13) aponta cinco elementos essenciais para um turismo de qualidade, tais como:

- O atrativo,

- A infraestrutura,
- Os serviços,
- A comunidade e
- O/a turista.

Somente a integração e o equilíbrio entre estes elementos podem trazer benefícios sociais e econômicos. No caso de acolher visitantes e turistas com algum tipo de deficiência ou com mobilidade reduzida, serão necessários investimentos, mobilização dos agentes de turismo nos destinos e mobilização dos gestores públicos.

#### **4.2 Turismo Acessível**

Para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2009:27), Turismo Acessível é “o termo técnico para definir a possibilidade e condição do portador de deficiência alcançar e utilizar, com segurança e autonomia, edificações e equipamentos de interesse turístico.” No entanto, considera-se importante tratar do assunto de forma mais global e igualitária, considerando o turismo acessível como um turismo inclusivo, ou seja, um turismo possível para todos sem distinção. Trata-se do turismo que saiba se contrapor aos problemas por algum tipo de deficiência e/ou por mobilidade reduzida, e que respeite as diferenças entre as pessoas. A compreensão essencial para a inclusão é de que todos são diferentes entre si, e de que a deficiência não é sinônimo de incapacidade. Em muitos casos, como explica Panosso, Pano (2010:6), a pessoa com alguma deficiência passou a viver dessa maneira ao longo da vida, e isso pode acontecer com qualquer um.

Para que a viagem seja possível, além das condições de deslocamento é importante que os atrativos estejam preparados para receber uma pessoa com deficiência e especialmente que haja preparo no atendimento e recepção em acomodar, em atender bem as pessoas. A hospitalidade é um fator fundamental na experiência que se busca em uma viagem de turismo, seja de lazer ou de negócios. Se a hospitalidade não for satisfatória, haverá um impacto negativo na memória criada no lugar, vinculada àquele lugar.

Pode-se considerar, ainda, que de acordo com Cohen e Duarte (2004) os trajetos e deslocamentos vão pressupor uma relação entre o tempo e o espaço, representando uma energia despendida ao longo da locomoção interferindo diretamente na experiência e vivência do espaço.

O aumento de energia despendida, devido à dificuldade de locomoção, estabelece uma relação inexorável entre “o espaço” e “o esforço” compreendida a partir da extensão de um cansaço físico que empresta sua medida à percepção espacial de uma PDL. Muitas das dificuldades para se deslocar de um ponto a outro do espaço urbano podem representar tanto um desafio a ser superado, quanto um cansaço desencorajante em seus movimentos reduzidos, mas dificilmente um convite ao prazer de usufruir dos lugares. (COHEN; DUARTE, 2004:4)

A Lei Geral do Turismo, Lei nº 11.771/2008 estabelece normas sobre a Política Nacional do Turismo e dispõe no Artigo 5º, dentre os seus objetivos: “democratizar e propiciar o acesso ao turismo no País a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral” (BRASIL, Lei Geral do Turismo, 2008: s/p).

Com relação a acessibilidade, no Artigo 6º, inciso V da Lei Geral do Turismo dispõe que

A incorporação de segmentos especiais de demanda ao mercado interno, em especial os idosos, os jovens e as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, pelo incentivo a programas de descontos e facilitação de deslocamentos, hospedagem e fruição dos produtos turísticos em geral e campanhas institucionais de promoção. (BRASIL, Lei Geral do Turismo, 2008: s/p)

Na atividade turística, o espaço se configura como destino e o atendimento oferecido no destino é crucial para a experiência no espaço. Portanto, pode-se dizer que no turismo a tecnologia assistiva, a ajuda técnica, a acessibilidade especializada, a adaptada, e a acessibilidade universal são recursos fundamentais na apropriação do espaço e na experiência. Se não há capacitação para lidar com os turistas em qualquer situação o objetivo do turismo não será alcançado já que compromete a experiência.

A adaptação dos elementos que compõem a atividade turística já existentes, assim como a capacitação para o bom atendimento do visitante além de atender à legislação vigente, se torna um fator de responsabilidade social que poderá ser inovador oferecendo segurança e autonomia a todos. Com isso, os espaços se tornariam inclusivos favorecendo as interações sociais, a vivência e as boas experiências.

## **5 ESTUDO DE CASO: A PRAÇA TIRADENTES E A CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, MINAS GERAIS**

A Câmara de Ouro Preto situa-se na Praça Tiradentes que é um ícone da cidade reconhecido mundialmente. Espera-se elucidar nesse estudo de caso esse contexto histórico para mostrar as transformações ocorridas ao longo do tempo.

### **5.1 Contextualização histórica**

Para tratar desse estudo de caso pretende-se apresentar de maneira sucinta o contexto em que se inserem esses bens patrimoniais. Para isso, será apresentada a história da cidade de Ouro Preto e sua trajetória de preservação para delimitar, posteriormente, a Praça Tiradentes como um ícone dessa cidade; e a Casa Legislativa que traz em sua edificação uma simbologia histórica, política e social. Espera-se com isso discutir e expor as relações entre acessibilidade e patrimônio nesses objetos de estudo.

A cidade de Ouro Preto possui um dos maiores acervos patrimoniais do Brasil, e por este motivo, um perímetro tombado e reconhecido mundialmente.

Dentre os principais motivos pela escolha desta cidade como campo de estudo, estão os seguintes:

- Foi considerada Patrimônio da Humanidade em 1980 pelo decreto de Patrimônio Mundial pela UNESCO;
- Disponibilidade de acesso da autora ao local que é cidadã ouro-pretana;
- As características do espaço urbano que possuem um relevo acidentado e irregular e das edificações oitocentistas.

O presente trabalho procura elucidar as intervenções no patrimônio ocorridas que podem afetar o aspecto de vivência e visitação por meio das possibilidades de utilização pelas pessoas. Da mesma forma, com os apontamentos sobre as intervenções realizadas pretende-se

elucidar as intervenções que não foram feitas e a demanda existente para atendimento a todo o público, com ou sem deficiência, com ou sem mobilidade reduzida.

A modernidade vem transformando os centros históricos de acordo com o modo como a comunidade se apropria e vivencia o espaço urbano. Com isso, diante do desenvolvimento urbano e de novas demandas sociais e econômicas, o seu uso vem sendo reformulado ao longo da história mediante às necessidades das pessoas e crescente valorização do patrimônio, conciliados aos critérios de preservação que se iniciaram na década de 1920.

A excursão modernista da década de 1920 que tinha como objetivo fazer um estudo das caracterizações históricas, riquezas artísticas e arquitetônicas, intensificou os discursos pela preservação de Ouro Preto quando aconteceram os primeiros projetos de proteção de edificações. Em 1921 foi criado o Museu Histórico Nacional, MHN, e a Inspetoria dos Monumentos Históricos sob a direção de Gustavo Barroso que fez as primeiras intervenções restauradoras e patrocinadas pelo Governo de Minas, em 1928 (MOTA,1987). Posteriormente, surge o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN por Lauro Cavalcanti.

Ainda na década de 1920, é perceptível através da história e de registros fotográficos que os centros das cidades históricas começaram a ser utilizados para novas demandas, tais como o comércio e o turismo. Gradualmente, desde que a questão da preservação veio à tona agregando valor aos monumentos e casarios tombados, o centro passou a se adaptar para atender a essas modernidades. Com isso, gradativamente estabeleceram-se comércios, restaurantes, meios de hospedagem, lojas de souvenirs, padarias, até os padrões atuais, em que a maioria dos casarios é utilizado em sua totalidade para estas atividades econômicas ou, quando não, estão mesclados com as residências dos moradores mais antigos.

Entre 1931-1932 a promulgação de decretos municipais obrigou moradores a conservar as fachadas coloniais e em 1933 o Governo Federal declarou a cidade como Monumento Nacional, consolidando o título de cidade histórica. Com a sua inscrição no Livro do Tombo e a atuação do SPHAN, Ouro Preto foi inserida nas ações de preservação especializadas em patrimônios históricos brasileiros. Anos depois, o SPHAN teria originado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, que intensificou e fomentou as ações de preservação do perímetro tombado. Em 1980, Ouro Preto foi declarada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO protegendo quase todos os casarios e monumentos do perímetro tombado e destacando para o mundo o cenário da cidade histórica (MELO, 2013).

Atualmente, segundo Cifelli (2005) a cidade é considerada um dos maiores acervos patrimoniais do país e, ainda, um dos grandes polos indutores de turismo no Brasil e no mundo. Juntamente com a exploração mineral e a Universidade Federal de Ouro Preto, o turismo é uma das bases da economia da cidade.

No entanto, mesmo com as estratégias de salvaguarda do acervo, os conflitos entre a preservação e a modernidade se fazem presentes no cotidiano da população, que nem sempre pode intervir nas edificações da forma necessária para o seu uso pessoal. Da mesma forma, a ocupação urbana desordenada que se deu ao longo do século XX pode ser notada facilmente no entorno do perímetro tombado, em suas encostas.

### **5.1.1 A Praça Tiradentes**

Originalmente Morro de Santa Quitéria, a Praça Tiradentes de Ouro Preto foi construída para abrigar o centro administrativo da Vila Rica com a implantação da casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho, símbolos de poder no contexto do período Colonial.

O mapa ilustrativo da figura 1 mostra o centro histórico de Ouro Preto, onde é possível observar a localização privilegiada da Praça Tiradentes delimitada com os colchetes, no centro da imagem.



Figura 1 - Mapa ilustrativo Centro Histórico de Ouro Preto - destaque para a Praça Tiradentes  
Fonte: PMOP, 2015

O Morro de Santa Quitéria, assim conhecido no século XVIII, que unificou os principais arraiais existentes – Pilar e Antônio Dias – elevando-os a Vila, foi conhecido, também, como Praça da Independência no século XIX e finalmente Praça Tiradentes desde 1894, quando houve a inauguração do monumento em homenagem ao mártir da Inconfidência Mineira, o Tiradentes.

A Praça Tiradentes, além de ser o centro do perímetro tombado de Ouro Preto é composto de diversos casarios coloniais com suas características arquitetônicas singulares que no conjunto estão envolvidos entre duas edificações imponentes: O Museu da Inconfidência e a Escola de Minas como se pode observar na figura 2. Essa Praça sempre teve grande significado cultural para a cidade pelo contexto político, social e histórico e essa valorização foi intensificada nacional e internacionalmente devido a essas características.

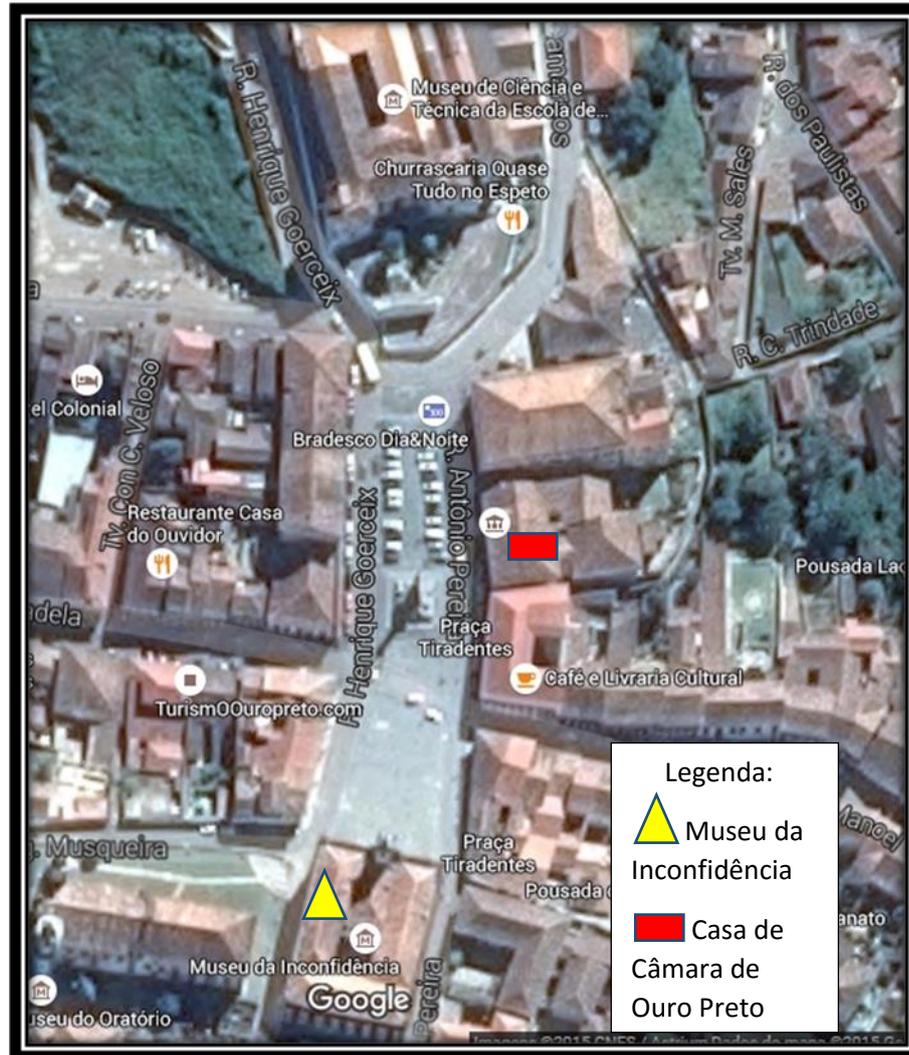


Figura 2 - Praça Tiradentes Ouro Preto

Fonte: Google®, 2015

Atualmente a Praça Tiradentes é considerada o coração da cidade pela comunidade que atravessa o local com frequência no cotidiano e é possível citar alguns fatores que mantêm o fluxo constante:

- a) As linhas de ônibus e taxi circulam normalmente pelo espaço com horários e ponto fixo para atender aos cidadãos;
- b) Muitas pessoas trabalham no comércio local em padarias, restaurantes, escritórios de turismo, sede do IPHAN, Câmara Municipal, edifício da FIEMG (hoje um centro cultural e cafeteria), museus, lojas de artesanatos e pedras, pousadas, dentre outros;
- c) A Praça é um local de realização de eventos culturais na cidade, tais como comemoração do 21 de abril (solenidade), aniversário da cidade, festivais, dentre outros;

- d) É considerada um ponto de encontro para turistas, como um ponto de partida e chegada.

Também é na Praça Tiradentes da cidade de Ouro Preto que se encontra a Casa de Câmara de Ouro Preto.

### 5.1.2 A Casa de Câmara e Cadeia

Um dos pilares do poder público, a Câmara Municipal de Ouro Preto se encontra na Praça Tiradentes. Na figura 3 destaca-se a primeira sede da Casa Legislativa com a seta de cor preta e a sede atual com a seta de cor azul. A primeira sede traduz o momento de sua construção cujo objetivo era se mostrar imponente como a sede administrativa da cidade.



Figura 3 - Praça Tiradentes com destaque para a CMOP  
Fonte: Jornal Voz Ativa Ouro Preto, 2015

A construção da primeira edificação projetada por Luiz da Cunha Menezes tinha o objetivo de abrigar a Casa de Câmara e Cadeia, e teve seu início em 1785 com a elevação a Vila. Em outros momentos, segundo Brusadin (2011:104), as funções e adaptações da edificação aconteceram para transformá-la somente em cadeia. Posteriormente, passou a ser a penitenciária do Estado e finalmente o Museu da Inconfidência em 1938. Nesse período ocorreram diversas adaptações pelo uso e, segundo Brusadin (2011:104), a última desse

período foi coordenada pelo SPHAN e incluiu restauração e adaptação do prédio com o principal objetivo de “transformar o local em monumento digno de receber as cinzas dos inconfidentes repatriados”.



Figura 4 - Casa de Câmara e Cadeia  
Fonte: Fontana, s/d.



Figura 5 - Museu da Inconfidência  
Fonte: [conhecendomuseus.com.br](http://conhecendomuseus.com.br), 2016

Com relação às funções da Câmara nesse período, além da representação dos habitantes junto à metrópole, a Câmara exercia a função de ordenamento do espaço urbano na Vila, com um papel fiscalizador do processo de urbanização. Assim, em 1711, ainda com sede provisória, a Casa de Câmara era responsável pela administração municipal, garantindo a execução dos projetos do reino na Vila. Como representantes daquele poder haviam juízes ordinários, vereadores e almotacés Mor (SALGADO, 2010:60).

Neste mesmo período (início do século 18) houve o surgimento por toda a Vila de forma “discreta e tímida” do patrimônio religioso (MENICONI, 1999), demonstrando a influência do Estado e da Igreja nas características do lugar. Capelas e igrejas surgiram em todos os pontos da Vila, demarcando território e povoando o entorno.

Com relação ao ordenamento do espaço urbano da Vila, com o crescimento populacional crescente devido as atividades mineradoras e a visibilidade política e social da Vila no universo nacional e internacional, houve a tentativa de se estabelecer bases normativas para a organização do espaço público, com alinhamento e retificação das vias. No entanto, aparentemente, apenas o vale fronteiro da Matriz do Pilar obteve algum resultado (MENICONI, 1999).

As intervenções realizadas na Vila neste período por ordem dos representantes da Câmara demonstram o processo histórico de evolução urbana, pois traduziam as necessidades e novos usos pela população, assim como a necessidade de se manter ou melhor se posicionar no cenário nacional, cujas atenções se voltavam para a Vila. Pode-se verificar nos documentos históricos sob salvaguarda do Arquivo Público Mineiro, o grande índice de solicitações para obras em calçadas, vias e pontes, que tinham como objetivo viabilizar a circulação de mercadorias e mantimentos, assim como o abastecimento de água. Essas medidas implicavam em maior circulação de pessoas, mercadorias e conseqüentemente impostos e rendas para o Senado (SALGADO, 2010:51). O Senado funcionava como um elo entre a comunidade e a Corte, assim como a Câmara de Vila Rica. “Os oficiais do Senado da Câmara de Vila Rica, sendo parte integrante do Império colonial português, buscaram alcançar a consonância entre os interesses metropolitanos e o interesse da população local” (SANTANA DA SILVA, 2005:207)

Acredita-se que a Casa de Câmara funcionou onde hoje se tem o Museu da Inconfidência até aproximadamente 1862.

Sua sede mudou-se e passou a funcionar na edificação que ocupa até os dias atuais, na própria Praça (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1947), quando passou a ser denominada Casa da Câmara Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Na edificação em que atualmente está instalada a Câmara há, portanto, um valor histórico agregado por se tratar de um casario tombado que faz parte do conjunto arquitetônico da Praça Tiradentes. Além disso, anteriormente a esta função, foi moradia do então senador do

Estado Bernardo Pereira de Vasconcelos, já falecido no ato da transferência da Casa Legislativa para o edifício.



Figura 6 - Fachada da Câmara \_ início do século XX  
Fonte: Fontana, s/d.



Figura 7 - Fachada da Câmara \_2015  
Fonte: CMOP, s/d.

Em 1823 a Vila foi elevada a Imperial Cidade de Ouro Preto e em 1828 as funções e estrutura da Câmara foram modificadas, tornando-a meramente administrativa, ou seja, perdendo seu caráter judicial e passando o controle da cidade para o Governo Provincial.

As funções da Câmara, desde então, consistem no seguinte:

- Legislativa, com a elaboração de leis para o Município;

- Fiscalizadora da administração local, como a execução orçamentária e o julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito juntamente com o Tribunal de Contas do Estado;
- Administrativa, em relação à sua organização interna.

Essas funções são desempenhadas com base em um Regimento Interno, que é formulado ou editado mediante resolução, de acordo com a Lei Orgânica e dependem de deliberação do Plenário (CMOP, s/d:s/p).

Ao longo do tempo diversas adaptações foram feitas no espaço para adequá-lo aos novos usos, o que será discutido no próximo item.

## **6 DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE**

Mediante contextualização realizada no item anterior espera-se apontar as observações realizadas na Câmara Municipal de Ouro Preto assim como na Praça Tiradentes de Ouro Preto que se configura nesse trabalho como o seu entorno e acesso externo.

### **6.1 Elementos urbanos de análise – Descrição das transformações da Praça Tiradentes**

Para o desenvolvimento desse estudo, conforme exposto anteriormente, foram considerados como os mais representativos elementos urbanos para análise das relações entre acessibilidade e preservação compondo o centro histórico da cidade de Ouro Preto: a Praça Tiradentes e a Câmara de Ouro Preto.

Nessa etapa deste trabalho, os elementos estudados são:

- As vias públicas da Praça,
- O acesso às edificações históricas.

As vias públicas estão diretamente relacionadas ao funcionamento da cidade e sua dinâmica. Por isso pode-se considerar que as alterações e adaptações dessas vias com o passar do tempo traduzem o momento e as necessidades de uma época ao interferir no deslocamento, no tráfego, no percurso e na mobilidade das pessoas. Nesse contexto tem-se calçadas, canteiros centrais, vias de circulação de veículos e pessoas.

A Praça Tiradentes de Ouro Preto sofreu diversas intervenções ao longo do seu tricentenário, em momentos em que não havia a preocupação com a preservação histórica e a cidade ainda não era reconhecida pelo seu patrimônio. De acordo com Paiva (2009), as praças eram os pontos de maior interesse para a comunidade e por isso recebiam o que havia de melhor em

sua construção além de abrigar os edifícios principais da cidade. “Eles eram ponto de atenção e focalização urbanística” (PAIVA, 2009:96).

Os acessos às edificações históricas da Praça Tiradentes normalmente possuem degraus em sua concepção. Aqueles que não tem degraus sofreram alterações como a elevação no nível do piso da Praça, a qual encobriu parte das portas dos casarios. Algumas vezes houve uma perda até mesmo das janelas, e nesses casos é comum encontrar degraus de descida para o acesso ao interior desses edifícios. Antes disso, as calçadas se tornaram degraus para acesso a algumas edificações.

As transformações no espaço urbano da Praça Tiradentes ao longo do tempo podem ser percebidas através das imagens. São evidentes as alterações nos canteiros centrais e consequentemente nas vias públicas ou de tráfego. Além disso, nota-se que foram feitas alterações nas fachadas dos casarios e na altura das portas, o que demonstra a elevação da Praça.

Observando-se a figura 8, a seguir, tem-se uma imagem da Praça Tiradentes datada de 1741 com foco no então Palácio dos Governadores (ao centro e ao fundo da figura), prédio construído para abrigar governadores e presidentes da província da capitania de Minas Gerais que posteriormente se tornou a Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Na imagem as vias de tráfego eram estreitas nas laterais do canteiro central o que devia ser aceitável devido a utilização de animais para transporte de pessoas e mercadorias e um fluxo pequeno de circulação. A imagem não favorece a visualização de detalhes, mas aparentemente já existiam calçadas e degraus para acesso aos casarios.



Figura 8 - Praça Tiradentes  
Fonte: IPHAN, 2008.

Na gravura da figura 9, do período compreendido entre 1785 – 1790 que está disponível na publicação de Reis (2000) no Arquivo do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, há uma distinção em relação à anterior por aparecerem elementos cujas fontes não puderam ser comprovadas bibliograficamente. Observa-se que há um chafariz que está situado ao centro, já não há o canteiro central e as fachadas dos casarios diferem bastante das que aparecem em outras imagens de outros períodos. Nota-se que havia um desnível no solo da praça, com a parte inferior aparentemente mais baixa que a superior onde pela data da gravura ainda funcionava o Palácio dos Governadores. Embora não tenha sido possível confirmar essa informação nas pesquisas bibliográficas, aparentemente havia uma igreja na imagem à direita do Palácio, dedução possível devido às torres e suas cruzes, assim como o aspecto da fachada que é bem característico das capelas e igrejas da cidade. As vias públicas da gravura não eram calçadas e nesse período começava-se a se pensar em melhorias para melhor representação da praça e desenvolvimento da Vila.



Figura 9 - Gravura mais antiga da Praça  
Fonte: Reis, 2002

A figura 10, abaixo, data de período mais recente que a gravura anterior sendo de 1865 e nesse período de tempo entre uma figura e outra já são perceptíveis as mudanças. O espaço de via pública da praça foi amplamente aumentado com a retirada do canteiro central e do chafariz, elementos presentes nas figuras anteriores. Nesse período começava-se a pensar em estruturação do espaço da Vila e a praça como centro dessa ordenação.



Figura 10 - Praça Tiradentes em 1865  
 Fonte: IPHAN, 2008.

De acordo com Salgado (2010:86) a Praça Tiradentes veio a se consolidar como centro administrativo da cidade, e o traçado demonstra uma tentativa de estruturação da malha urbana com vias paralelas que criam quarteirões regulares próximo à Praça, com uma tendência de regularização que demonstra a preocupação da Metrópole com a ordenação do espaço urbano da Vila. “A representação da Praça marca visivelmente a sua influência na organização do traçado: o que se percebe é que todas as vias convergem para este espaço, agindo assim como um “ímã”, representando a centralidade da vida urbana da vila” (SALGADO, 2010:86).

O acervo de Luiz Fontana disponibilizado pela Prefeitura de Ouro Preto e exposto nas fotografias a seguir mostram novas adaptações. Embora não haja a data das fotografias e sequência cronológica exata, o período do acervo do fotógrafo compreende apenas a primeira metade do século XX.

Analisando a figura 11 percebe-se a presença do mesmo poste ao centro com algumas pessoas em torno dele e a presença de árvores como uma tentativa de delimitar um canteiro central.



Figura 11 - Praça Tiradentes com árvores, década 1920  
 Fonte: Fontana, s/d.

A figura 12 mostra uma parte da Praça Tiradentes voltada para o antigo Palácio dos Governadores que no período da fotografia já funcionava como Escola de Minas de Ouro Preto. Observa-se a instalação de postes de energia elétrica, calçadas/passeios, aparentemente as vias já tinham calçamento e a presença de um coreto ao centro. Nota-se na imagem que há pessoas circulando pelas vias sem a presença de veículos ou animais, provavelmente de fluxo pequeno.



Figura 12 - Praça Tiradentes com coreto, década 1930.  
 Fonte: Fontana, s/d.

Na figura 13, que segue abaixo, não há canteiro central, nem coreto e há um poste em frente à Escola de Minas. Não foi possível obter informações sobre o objeto mas pode-se observar que

a Praça e as vias públicas estão sem obstáculos, apesar das calçadas/passeios e postes de energia elétrica como constam na figura anterior.



Figura 13 - Praça Tiradentes sem coreto, década 1940.

Fonte: Fontana, s/d.

Posteriormente, a Praça Tiradentes continuou funcionando como um centro da cidade com um movimento intenso de moradores, continuando a ser como o coração da cidade. Além disso, tornou-se um referencial para chegada e partida de turistas.

(...) Vila Rica é o produto da acumulação, no tempo e no espaço, de artefatos e configurações que vão sendo conservadas e substituídas conforme o imaginário coletivo e as intervenções dos agentes históricos hegemônicos, de acordo com precisas intenções. (MENICONI, 1999:39)

Entre 2006-2008 o Programa Monumenta em parceria com o IPHAN e a Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento realizou uma intervenção com o intuito de impedir o fluxo intenso de veículos no local e assim priorizar o pedestre (comunidade e turistas). Criou-se uma elevação no centro da Praça de forma a reduzir as vias de tráfego e ampliar as vias de circulação de pedestres, excluindo inclusive a possibilidade de estacionamento no local. No entanto, as alterações foram posteriormente revertidas no espaço para tráfego, mas deixando uma parte da elevação para os pedestres, tal como pode ser verificado atualmente e nas figuras 14 e 15. As alterações foram aprovadas pelos órgãos de preservação que atuam na cidade. No entanto, não houve alteração em favor da acessibilidade. Nesse caso, utilizou-se a questão da preservação do patrimônio que estava ameaçado pelo trânsito intenso como justificativa para a realização de adaptações.



Figura 14 - Praça Tiradentes em 2010  
Fonte: acervo pessoal, 2010



Figura 15 - Praça Tiradentes em 2015  
Fonte: acervo pessoal, 2015

Nas figuras verifica-se a realidade do cotidiano da Praça em 2010 e em 2015: ponto de taxi ao lado esquerdo da imagem, estacionamento para veículos ao centro e também na lateral direita da fotografia, turistas percorrendo as vias. Com relação aos elementos urbanos, declividade entre um ponto e outro da Praça Tiradentes, calçadas/passeios para acesso aos edifícios, fluxo constante de veículos e intenso em alguns períodos do dia.

Deve-se destacar que nenhuma das inúmeras adaptações na Praça Tiradentes de Ouro Preto buscou remeter ao seu passado histórico e acredita-se que, se fosse o caso, isso teria sido uma falsificação. No entanto, se há possibilidades de intervenção devido a novas demandas, a acessibilidade é uma justificativa de extrema importância social, política e ambiental além de ser um direito dos cidadãos. Então por que não adaptar a Praça Tiradentes?

## **6.2 Descrição da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica**

O objetivo dessa breve descrição da antiga Casa de Câmara e Cadeia e atual Museu da Inconfidência, em que nos dois momentos teve grande representatividade no contexto da cidade, é demonstrar como os fatores da preservação nem sempre se tornam um fator de empecilho para adaptação em prol da acessibilidade, desde que feitos com responsabilidade e respeito à edificação. Trata-se de uma edificação com imenso significado histórico e cultural e que foi adaptado ao longo do século XX podendo ser considerado um atrativo turístico acessível na cidade.

Como é possível observar nas figuras abaixo, a proposta era fazer um prédio imponente, símbolo do poder que se abrigaria na edificação. Além disso, nota-se que infelizmente não há nesse projeto elementos construtivos que indiquem soluções técnicas compatíveis com as normas da acessibilidade. Isso é coerente com a falta de instrumentos legais coercitivos que obrigassem a aplicação dessas normas pelos responsáveis técnicos. Embora não tenha sido encontrada a planta do prédio nos arquivos, pode-se constatar a falta de elementos de acessibilidade em conformidade com normas em algumas imagens da parte interna do projeto de Luiz da Cunha Menezes.

Na figura 16, abaixo, apesar de intitulada como “Fachada” não foi possível estabelecer qualquer relação com a fachada após o término da construção. Acredita-se que o projeto foi alterado, mas, o projeto da forma como foi concretizado não foi encontrado nos arquivos. Em seguida, na figura 17, encontra-se o projeto dos fundos da Casa de Câmara e Cadeia.

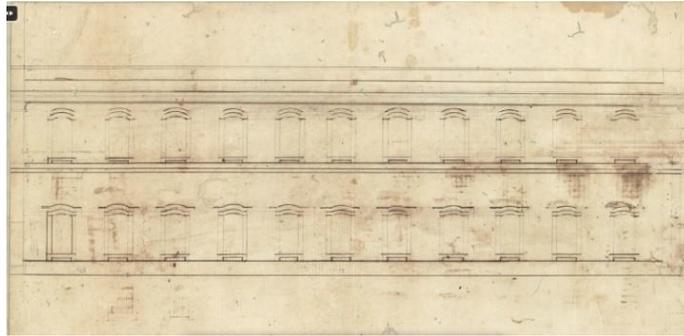


Figura 16 - Projeto da Fachada  
 Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1801-1900

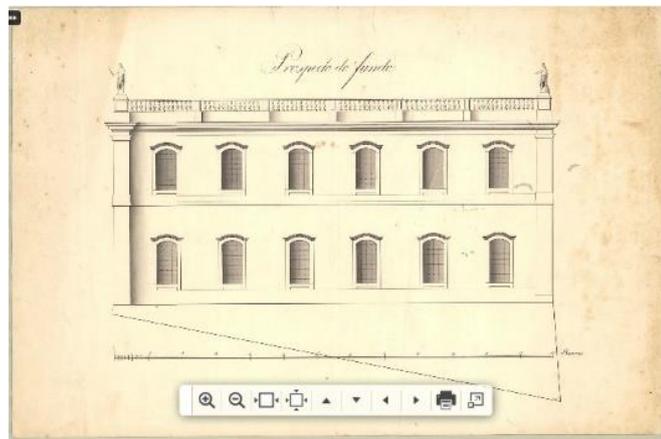


Figura 17 - Fundos da Casa de Câmara e Cadeia  
 Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1801-1900

Na sequência de imagens de projetos abaixo, figuras 18 a 19, verifica-se um grande número de degraus para acesso ao segundo piso da edificação. Essa parte do projeto parece ter sido mantida na construção.

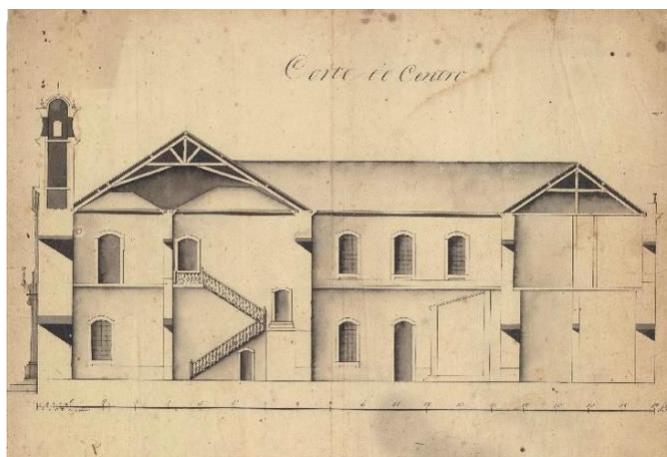


Figura 18 - Corte do Centro da Casa de Câmara e Cadeia  
 Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1801 – 1900





Figura 20 - Rampa de acesso ao Museu da Inconfidência (Antiga Câmara)  
Fonte: acervo pessoal



Figura 21 - Elevador no Museu da Inconfidência  
Fonte: Museu da Inconfidência, 2015



Figura 22 - Mecanismo de transporte inclinado de uma cadeira de rodas  
Fonte: Museu da Inconfidência, 2015

Nesse contexto, confirma-se a possibilidade de adaptação de um bem patrimonial de tamanha relevância histórica no processo de promoção da acessibilidade. Tendo o Museu da Inconfidência e antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica sido exemplo de adaptação existente no conjunto da Praça Tiradentes de Ouro Preto, entende-se que falta a iniciativa de gestores e o envolvimento da comunidade em prol desse processo também na atual Casa Legislativa e em todo o Centro Histórico da cidade para viabilizar o acesso externo às edificações.

### **6.3 Diagnóstico e discussão dos resultados das condições de acessibilidade**

O principal foco dessa pesquisa é a experiência das pessoas com algum tipo de deficiência física e/ou mobilidade reduzida no espaço estudado e a sua interdisciplinaridade consiste na junção das áreas do Turismo e Arquitetura para análise do patrimônio de Ouro Preto, sendo esta a linha de pesquisa proposta e o fator central é o social.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas visitas à Praça Tiradentes e à Câmara de Ouro Preto com a finalidade de observação da dinâmica dos espaços, entrevistas informais com a comunidade e funcionários da Câmara que fazem atendimento direto ao público, além do registro fotográfico dos aspectos observados.

Para desenvolver a avaliação das condições de acessibilidade na Praça Tiradentes enquanto praça central da cidade e entorno da edificação onde está instalada a Câmara de Ouro Preto foi elaborado um roteiro para as visitas que aconteceriam como fundamentação para as observações já realizadas. O roteiro, baseado no modelo elaborado por BRASIL (2009), tem como fundamentação a Lei 10.098/2000, o Decreto Lei 5296/2004 e a NBR 9050/2004.

De modo geral, foram analisadas as seguintes variáveis:

- a) Com relação a Praça Tiradentes:
  - Sinalização,
  - Acessos nas vias públicas e às edificações,
  - Autonomia e segurança,
  - Existência de pisos táteis,

- Rampas,
- Escadas e desníveis,
- Estacionamentos,
- Locais de parada para embarque/desembarque de passageiros com problemas de mobilidade.

Tendo como fatores fundamentais esses itens, procurou-se discutir:

- Os desníveis na Praça e a que ponto tais desníveis interferem na travessia de vias e entradas das edificações.
- A pavimentação e sua interferência na experiência e no acesso das pessoas;
- A forma de chegada com veículos diferenciados (particulares, taxis, vans, etc);
- O caminho que visitantes e comunidade fazem na praça.

b) Com relação à edificação da Câmara de Ouro Preto:

- Acesso externo à edificação,
- Acessos privados à edificação,
- Acessos em ambientes internos,
- Sanitários,
- Autonomia e segurança,
- Existência de pisos táteis,
- Sinalização,
- Rampas,
- Escadas e desníveis,
- Recepções,
- Estacionamentos,
- Mobiliário,
- Atendimento dos servidores (capacitação).

Dentre esses fatores fundamentais, procurou-se discutir:

- Os critérios para as alterações realizadas na edificação;
- Como a questão da acessibilidade é divulgada para visitantes, comunidade e funcionários;

- Preparação de pessoal na Câmara para acessibilidade assistida no atendimento de pessoas com mobilidade reduzida;

## . Praça Tiradentes

Com relação a sinalização, não existe nenhuma sinalização referente a acessibilidade ou símbolo internacional de acesso, sequer sinalização sobre informações turísticas e mobilidade. Isso pode ser explicado pelo fato de não haver nenhum tipo de elemento acessível na Praça. A sinalização que pode ser observada nas figuras 23 e 24 se refere a locais de estacionamento (estacionamento proibido) e identificação de ponto de taxi.



Figura 23 - Sinalização de trânsito 1  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 24 - Sinalização de trânsito 2  
Fonte: acervo pessoal, 2016

Em se tratando dos acessos nas vias públicas e nas edificações que integram a praça, a conservação no aspecto físico dos materiais e em termos de preservação pode ser considerado bom. No entanto, com relação a acessibilidade, não há atendimento às normas. Deve-se levar em consideração que o piso de toda a praça é derrapante e trepidante. Além disso, não há guias rebaixadas para pedestres ou veículos e pisos táteis são inexistentes no local.

A largura da faixa de circulação livre nas calçadas é de 1m. Essa medida é irregular em todo o trajeto, podendo variar entre 90cm e 1m, contendo barreiras como por exemplo: sinalização de estacionamento elevada, lixeira e diversas caixas de inspeção.

Além disso, o piso é irregular e a inclinação é acentuada, conforme demonstram as figuras 25, 26, 27 e 28, logo a seguir.



Figura 25 - Calçadas em frente à Câmara  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 26 - Calçada na via lateral ao Museu  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 27 - Calçada em frente à Câmara  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 28 - Calçada de acesso à Câmara  
Fonte: acervo pessoal, 2016

Quanto ao transporte, na Praça Tiradentes não há plataformas de embarque, nem plataforma elevada para acesso a ônibus e taxis. O local utilizado para embarque e desembarque é improvisado, sem sinalização e sem abrigo. Além disso, não há taxis adaptados ou taxistas capacitados para o atendimento de pessoas que utilizam cadeira de rodas, segundo informações dos próprios motoristas. Para eles, não é comum receber chamadas para atendimento a pessoas com algum tipo de deficiência física. Defendem ainda que isso ocorre por causa das dificuldades de acesso da cidade.



Figura 29 - Parada de taxi 1  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 30 - Parada de taxi com rampa  
Fonte: acervo pessoal, 2016

Há grande fluxo de veículos na praça, ônibus circulares, vans de turismo, escolares, carros particulares, taxi, posto policial. As possibilidades de circulação e direcionamento nas vias públicas são muitas e todos os acessos de veículos à praça e pela praça interligam um bairro a outro, dentre várias possibilidades, que serão demarcados na figura 31 e mostrados mais de perto nas figuras.

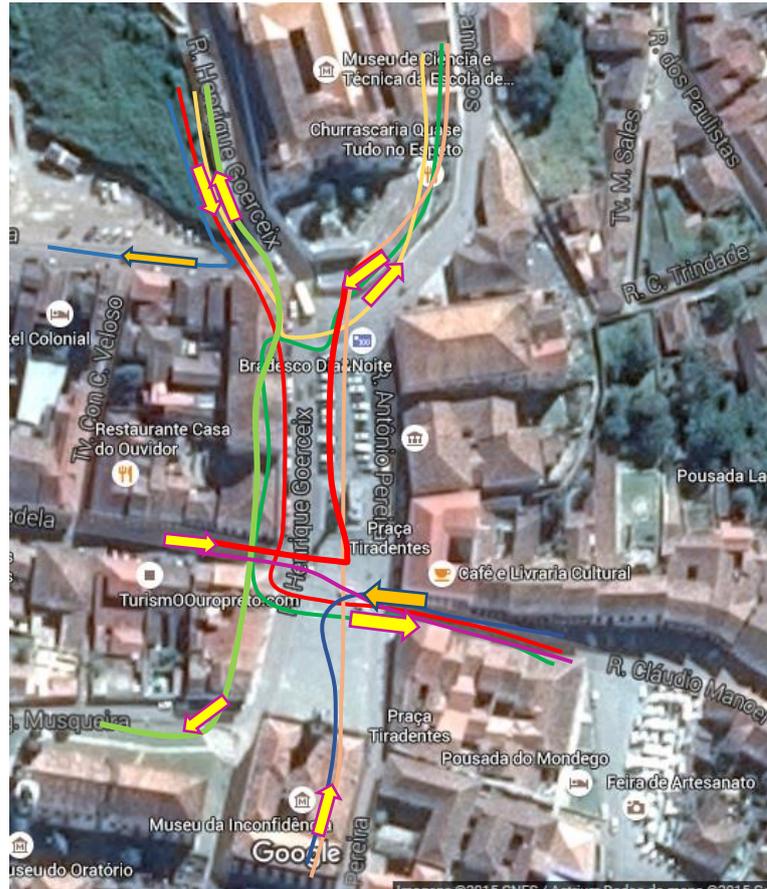


Figura 31 - Praça Tiradentes Ouro Preto  
Fonte: Google®, 2015



Figura 32 - Acesso ao lado do Museu  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 33 – Via central  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 34 - Vias de tráfego  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 35 - Vias de tráfego  
Fonte: acervo pessoal, 2016

O alteamento que permaneceu no centro da praça favorece a permanência das pessoas e possibilita os encontros, apreciação dos monumentos, registros fotográficos. No entanto, em nada interferiu no tráfego, considerando que a única medida satisfatória para os gestores foi a retirada do estacionamento. Segundo os frequentadores da praça essa medida prejudicou o cotidiano das pessoas que trabalham no local ou nas redondezas. Ainda assim, os desníveis causados pelo alteamento dificultam ainda mais a travessia de uma via para a outra assim como para acesso aos monumentos. Apesar da existência de rampas, não há faixa de pedestres, o fluxo dos veículos é constante e intenso na maior parte do dia o que não garante segurança necessária para o pedestre em qualquer situação.



Figura 36 - Comunidade na Praça  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 37 - Comunidade circulando na Praça  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 38 - Rampa  
Fonte: acervo pessoal, 2016

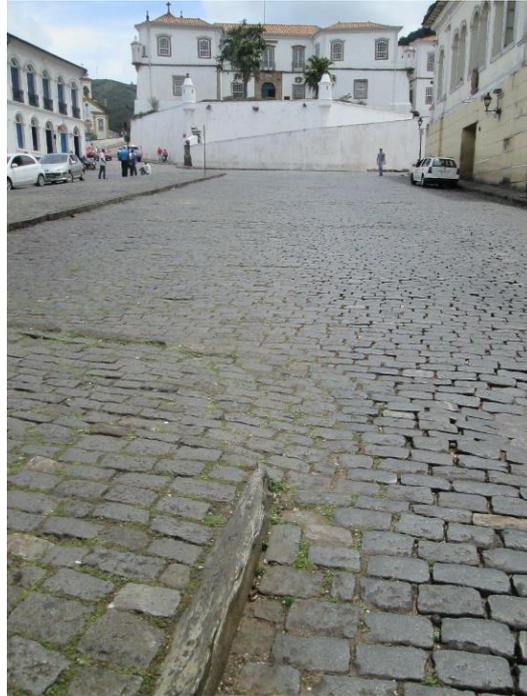


Figura 39 – Rampa  
Fonte: acervo pessoal, 2016

#### **6.4 Descrição da atual Casa de Câmara de Ouro Preto**

Com relação ao prédio atual da Câmara, segundo informações de funcionários da Casa, o lugar passou por inúmeras intervenções ao longo desses anos visando atender às demandas de aumento do número de funcionários. Nem todas as intervenções foram projetadas e nenhuma delas adaptou qualquer parte da edificação para acessibilidade.

Com a dificuldade de encontrar arquivos sobre a edificação histórica e atual sede da Câmara de Ouro Preto, buscou-se projetos atuais da Casa para ilustrar o que está sendo discutido, sobre o uso dos espaços para a comunidade e para o turismo.

Segundo Guimarães (2012:34), uma cidade como Ouro Preto, com barreiras arquitetônicas, “as reformas construtivas devem prioritariamente dar enfoque à adaptação de edifícios que abrigam serviços de interesse público”, e o autor cita, dentre outros, a praça central da cidade, a câmara municipal e pontos turísticos principais.

Neste caso, a Câmara, como poder representativo de uma comunidade deveria ser um exemplo no que tange ao acesso de pessoas com deficiência, considerando as visitas de

turistas e a utilização pela comunidade que participa das reuniões do legislativo. Trata-se, portanto, tanto do direito de acesso a edificação, como do direito de participar da política local e das decisões pelo município que também é constitucional.

O projeto da figura 40 mostra o corte lateral do casario com destaque para duas intervenções realizadas para abrigar a Câmara Municipal. Demarcado em verde há o plenário da Casa Legislativa, no segundo piso, e em vermelho, um anexo à edificação original onde funcionam departamentos administrativos da Casa.

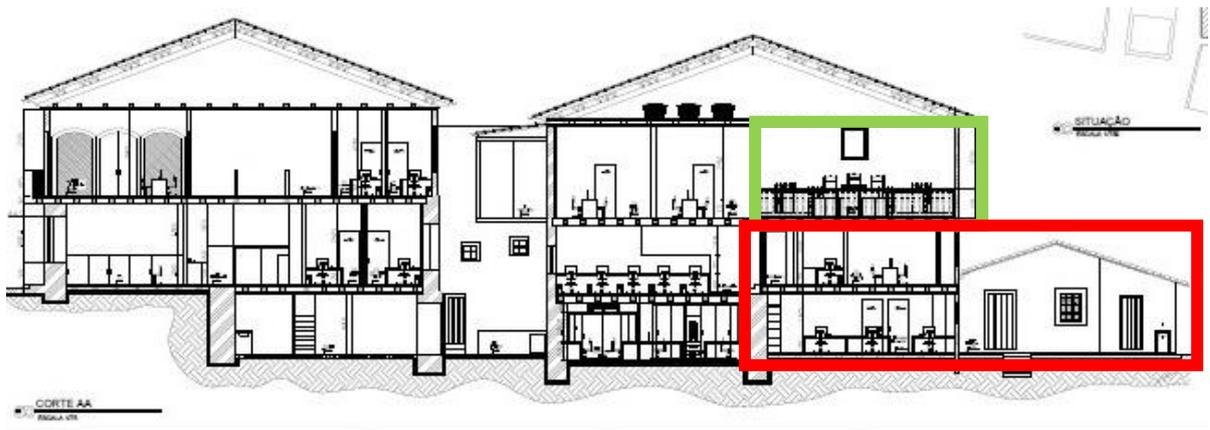


Figura 40 - Projeto atual CMOP  
Fonte: CMOP, 2015

O projeto abaixo, na figura 41, mostra a disposição do anexo ao prédio citado anteriormente. Nesse espaço funcionam os setores de Compras, Contabilidade entre outros.

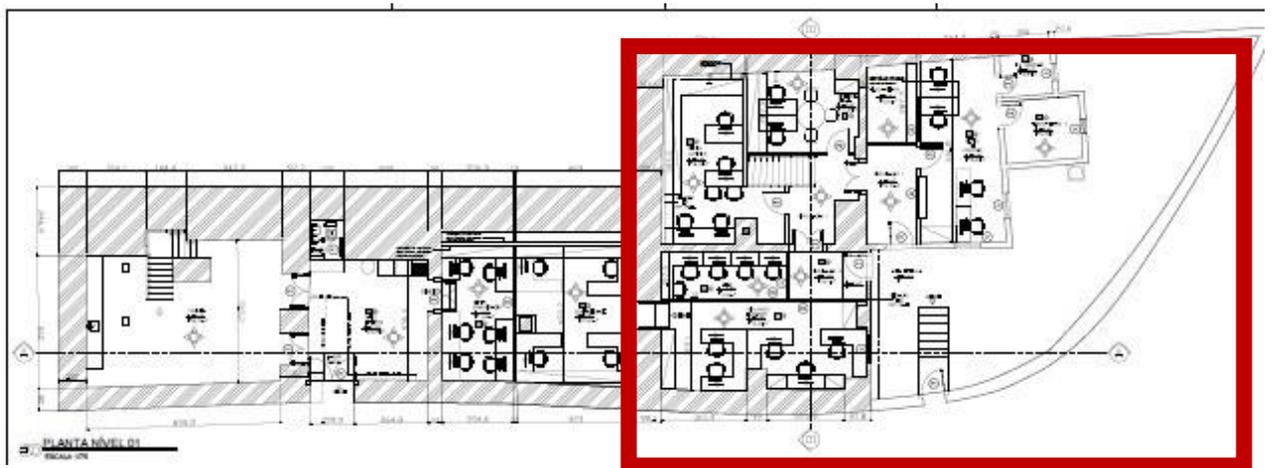


Figura 41 - Projeto da Câmara  
Fonte: CMOP, 2015

A seguir, nas figuras 42 e 43 encontram-se os acessos referentes à demarcação em verde do projeto acima, conhecido como “puxadinho” da Câmara.



Figura 42 – Parte não original do prédio da CMOP  
Fonte: acervo pessoal, 2015

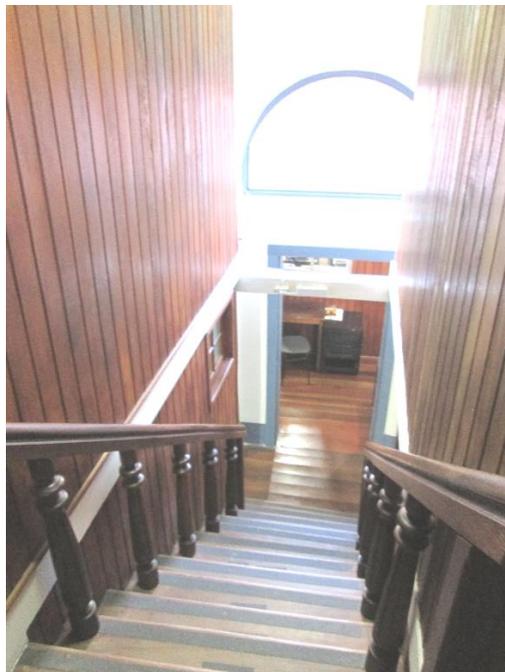


Figura 43 - Parte não original do prédio da CMOP  
Fonte: acervo pessoal, 2015

Alguns dos representantes atuais do Poder Legislativo atuam nas questões relacionadas a acessibilidade, em busca de um Plano de Mobilidade para a cidade, o qual ainda não foi produzido.

No período de 1989-1992 houve um vereador conhecido como Cacau que usava cadeira de rodas na Casa Legislativa de Ouro Preto. Ele é paraplégico desde o nascimento. Na década de 1990, participou como relator na criação da Lei Orgânica do Município de 1992 a qual garantiu direitos como o de acesso gratuito ao transporte público da cidade. Além disso, fundou a Associação Comunitária dos Deficientes de Ouro Preto (ACODOP), atualmente presidida por João Avelino. Este é o único registro de um vereador com deficiência na cidade.

Com relação à edificação onde funciona a Câmara, o Plenário está situado no segundo andar, e o acesso é assegurado somente por meio de escadas. Cabe ressaltar que se trata do principal espaço de integração dos vereadores com a comunidade onde ocorrem as reuniões semanais.

O projeto abaixo, da figura 44, mostra a rota atual para acesso ao Plenário para demonstrar as imagens acima. Não há possibilidade de acesso no entorno da edificação, portanto, não há rota acessível para a chegada à Câmara. Também não há rota acessível no interior do prédio e as pessoas com algum tipo de deficiência não tem autonomia e segurança.

No local, o atendimento ao público (comunidade e turistas) é feito todos os dias da semana com a agenda da Casa Legislativa, e nos finais de semana, há visitação para exposições de artigos confeccionados artesanalmente por ouro-pretanos.

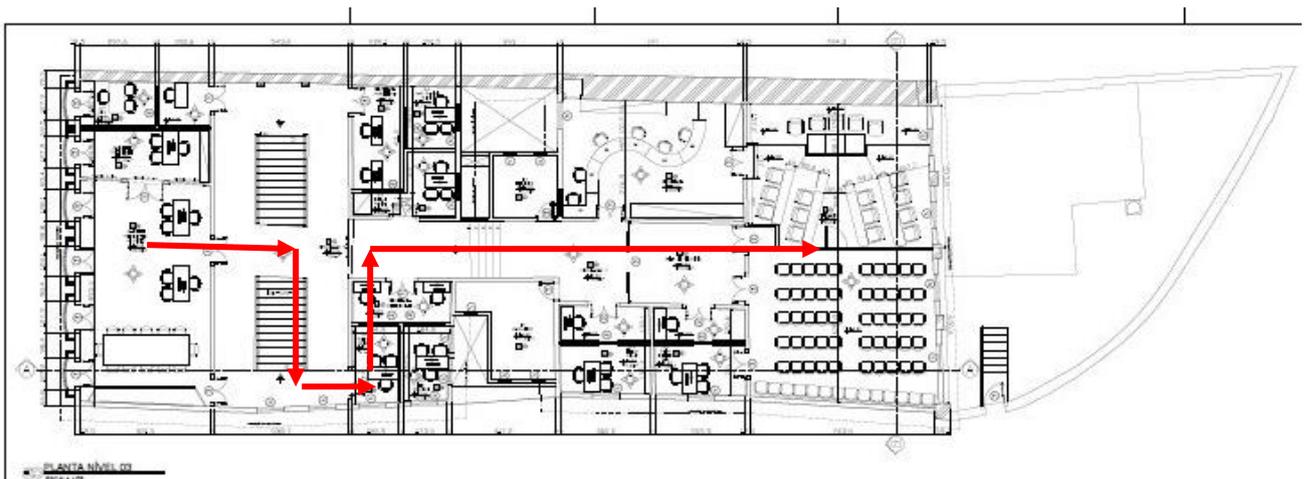


Figura 44 - Projeto da Casa Legislativa de Ouro Preto  
Fonte: CMOP, 2015

A Câmara está instalada em um edifício tombado e a sua principal funcionalidade é o serviço público de segunda a sexta-feira. A edificação atrai turistas e visitantes no cotidiano, sendo frequente a visita acompanhada de guias de turismo. Nos finais de semana acontece uma exposição de artesanato local, portanto, passa a ser um ponto de comércio quando não há funcionamento da Casa Legislativa. Em todas essas funcionalidades é um local que faz atendimento direto aos cidadãos e não há restrição de acesso ao interior da edificação, a não ser pela questão da evidente falta de conformidade com as normas técnicas.

A Câmara oferece a todos, comunidade, visitantes, moradores de cidades vizinhas o serviço de confecção original e expedição de segunda via de carteira de identidade, assim como funciona como um ponto de localização de objetos achados e perdidos na cidade. Não há nenhum tipo de atendimento especializado direcionado para acessibilidade assistida ou turismo no interior do prédio.

As observações realizadas mostraram que não há instalações que atendam a algum requisito de acessibilidade implantados ou em implantação. Assim, segundo funcionários que trabalham diretamente no atendimento ao público externo, quando há necessidade de acesso ao interior da Câmara para realizar algum serviço os responsáveis se movem até a recepção para atendimento demonstrando a falta de autonomia e desrespeito com o direito de ir e vir do cidadão.

Ao questionar os entrevistados sobre a acessibilidade insuficiente ambas entrevistadas disseram que era importante, mas defenderam que não é por falta de vontade, mas pela questão da preservação. Com relação ao atendimento e possível treinamento para a acessibilidade assistida disseram ter interesse no assunto e ainda que os funcionários da Casa em geral gostariam de participar dessa possível iniciativa.

Com relação a estacionamento e embarque/desembarque para acesso à Câmara: não há estacionamento sequer para funcionários; o local de embarque/desembarque é em frente à porta da recepção, conforme demonstra a figura 45. No entanto, apesar de ser uma distância confortável, não possui Símbolos Internacionais de Acessibilidade ou condições acessíveis para que o usuário tenha autonomia no trajeto tais como a vaga que fica em local inclinado, o piso que não é regular, ausência de rampa para interligar desníveis, e ausência de marcação e sinalização compatível.



Figura 45 - Embarque/desembarque  
Fonte: acervo pessoal, 2016

Com relação aos acessos externos à edificação, o local se dá pela Praça Tiradentes, cujas características foram avaliadas anteriormente. Para acesso da calçada da praça ao interior da Câmara há duas portas utilizadas como único acesso de pessoas, ambos possuem degraus. O piso da Câmara é de madeira derrapante e é trepidante em alguns locais que utilizam pedra como piso. Não existem rampas em nenhum espaço interno de acesso. Há muitos degraus de um local para o outro, as passagens e portas são completamente irregulares e a maior parte possui dimensões inferiores às normas. Portanto, a circulação e os acessos são inacessíveis.



Figura 46 - Acesso à Câmara  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 47 - Recepção da Câmara  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 48 - Acesso à Câmara  
Fonte: acervo pessoal, 2016

A edificação não permite o acesso com autonomia e segurança. Com o auxílio de terceiros não capacitados uma pessoa que utiliza cadeiras de rodas conseguiria acessar somente a recepção e o serviço ao cidadão (também na recepção) além da sala de internet e impressão ao lado da recepção. A recepção conta com 5 assentos para um fluxo intenso de pessoas e não há assentos preferenciais ou local adequado onde se possa aguardar atendimento em uma cadeira de rodas. Ainda assim, segundo a agente legislativa entrevistada na recepção só houve um visitante nessas condições no período de um ano em que ela trabalha no local. Ao questionar

esse dado a funcionária defendeu que não teria como adaptar porque o prédio é histórico, portanto, pode-se constatar que a preservação ainda funciona como justificativa.

Na Casa Legislativa não há existência de pisos táteis em nenhum local, assim como não existe qualquer tipo de Símbolo Internacional da Acessibilidade. Da mesma forma não existem adaptações ou tratamentos para as escadas e desníveis que funcionam como acessos únicos à circulação no seu interior.



Figura 49 - Acessos de circulação na CMOP  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 50 - Acessos de circulação na CMOP  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 51 - Acesso à cozinha CMOP  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 52 - Acesso de circulação na CMOP  
Fonte: acervo pessoal, 2016

Com relação aos sanitários de uso público, há quatro: uma opção de toailete masculino e uma de toailete feminino no primeiro pavimento e uma para cada gênero no segundo pavimento ao lado do plenário. Nenhum dos quatro sanitários possui qualquer elemento específico em conformidade com as normas de acessibilidade. No primeiro pavimento a porta de acesso possui a dimensão de 58 cm com um degrau entre o corredor e o banheiro. Não há barras ou

qualquer tipo de adequação às normas. Portanto, os sanitários são inacessíveis e não estão localizados em uma possível rota acessível.



Figura 53 - Acesso ao banheiro 1º pav.  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 54 - Acesso ao banheiro 2º pav.  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 55 - Acesso ao banheiro 1º pav  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 56 - Interior do banheiro  
Fonte: acervo pessoal, 2016

Há escadas para cima para chegar ao segundo andar, e antes do espaço do plenário, há degraus para descer, além de portas estreitas e pouco espaço de circulação, conforme mostram as figuras 57, 58, 59, a seguir.



Figura 57 - Acesso único ao Plenário da CMOP  
Fonte: acervo pessoal, 2015



Figura 58 - Acesso único ao Plenário da CMOP  
Fonte: acervo pessoal, 2015



Figura 59 - Acesso único ao Plenário da CMOP  
Fonte: acervo pessoal, 2015

Portanto, trata-se de um prédio público, de cunho histórico e político com grande fluxo de visitantes (turistas e comunidade) mas sem condições de acesso de qualquer natureza em conformidade com leis e normas técnicas. Intervenções foram realizadas para o funcionamento da Casa, com ampliação do espaço físico, mas nada foi feito até o momento para garantir a acessibilidade.

Na cozinha da Câmara, no pavimento inferior ao da recepção (que fica ao nível da rua) há um acesso com um grande portal de ferro. O trajeto para esse acesso é o Beco do Pilão como mostra a figura 60. Segundo funcionários o acesso a essa porta é permitido somente a fornecedores de alimentos e bebidas e permanece fechado quando não está sendo utilizado para essa finalidade. O acesso ao beco assim como à cozinha possui um piso trepidante e irregular, mas com largura acessível/dentro das normas e está ligado diretamente à Praça Tiradentes. Nota-se que seria um acesso interessante a ser explorado para garantir alguma acessibilidade à edificação, considerando a questão da preservação do patrimônio, ou seja, uma possibilidade de inserção de um elevador sem agredir o patrimônio. Por outro lado, se o acesso for diferente do acesso principal não estará permitindo a mesma vivência no espaço e poderá atribuir-lhe um caráter segregador. O acesso principal a essa edificação deveria ser repensado para todos para torná-lo igualitário.



Figura 60 - Beco do Pilão e lateral da CMOP  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 61 - Lateral da CMOP  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 62 - Exterior do portão lateral  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 63 - Interior do portão lateral  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 64 - Ambiente interno CMOP

Fonte: acervo pessoal, 2016

Com relação ao mobiliário pode-se considerar que não estejam em conformidade com as normas. Não há sequer bebedouros acessíveis mesmo em locais de acesso mais fácil como a recepção. Os bebedouros inacessíveis estão em local impróprio para fazerem parte de uma rota acessível pois atrapalham a movimentação ao lado dos sanitários do primeiro pavimento.

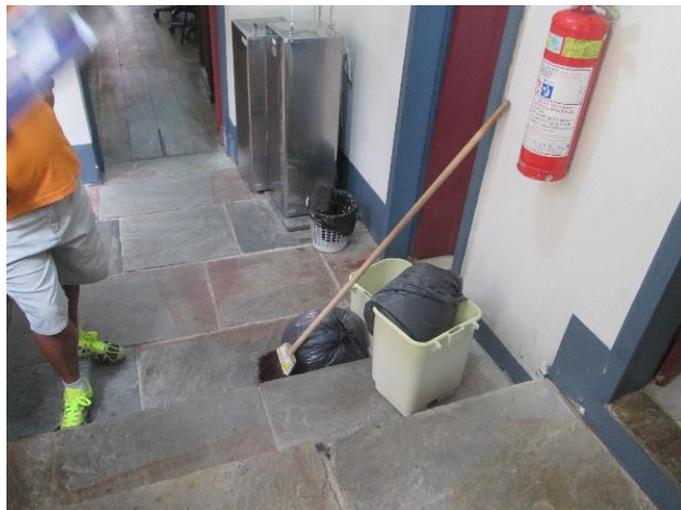


Figura 65 - Acesso aos bebedouros

Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 66 – Bebedouros  
Fonte: acervo pessoal, 2016

O acesso ao plenário é feito por meio de escadas e degraus. Além disso, ainda que uma pessoa que utiliza cadeira de rodas conseguisse chegar ao local, mesmo sem autonomia e segurança, a circulação no seu interior não seria possível. O espaço de circulação entre as filas de cadeiras de madeira fixas no piso é de 32 cm, impossível para uma pessoa na cadeira de rodas. No corredor de circulação no meio do plenário a dimensão é de 77 cm de largura.



Figura 67 - Acesso único ao plenário  
Fonte: acervo pessoal, 2016



Figura 68 – Plenário  
Fonte: acervo pessoal, 2016

Todas as intervenções realizadas na edificação desde que se tornou a Casa de Câmara foram projetadas para atender às novas demandas e agregar todos os departamentos, cargos e vereadores que trabalham no local. As mais recentes, que se tem informações e projetos arquitetônicos foram aprovadas pelo IPHAN que funciona na Casa da Baronesa, edificação vizinha (de parede) da Câmara. Portanto, esse era o critério fundamental das últimas intervenções e em nenhuma delas se pensou na questão da acessibilidade. Voltando a contemplar a “justificativa” da própria CMOP de que qualquer consideração pela acessibilidade de padrões normativos não é possível por ser um prédio histórico.

Além de não atender à legislação, aparentemente o interior da Câmara se tornou um grande “puxadinho”, com vários “puxadinhos” agrupados para todos os lados. Estes foram criados para abrigar salas de vereadores, sala de contabilidade, setor jurídico. Portanto, adaptações foram realizadas ao longo do tempo devido ao uso da Câmara. Mas e as adaptações pela acessibilidade?

Diante disso, nota-se que a questão da acessibilidade não é prioridade neste órgão público e, portanto, não há nenhum tratamento específico para atender às normas.

A partir da pesquisa e do levantamento realizado na Praça Tiradentes e na Câmara Municipal de Ouro Preto evidenciou-se a inexistência da acessibilidade em todos os quesitos. A opinião dos entrevistados demonstrou que a questão da preservação impera sobre a questão do acesso aos lugares tombados, pelo fato de serem históricos. Pode-se verificar que os quesitos analisados não estão de acordo com as normas, o que foi justificado pelos entrevistados que isso se deve à concepção oitocentista do lugar e à conservação de suas características.

No entanto, há leis que visam a garantia das pessoas de acesso e dispositivos legais para garantir a adaptação/intervenção responsável de bens culturais. Acredita-se que a melhoria no patrimônio cultural agregaria mais valores a várias pessoas propiciando a apropriação do lugar e juntamente com esse processo, o processo de conservação dos bens seria uma ferramenta de valor ainda mais evidente.

Em se tratando do patrimônio há que se considerar, como já foi dito em tópicos anteriores, que a preservação é feita para as pessoas e pelas pessoas e, portanto, a adaptação (ainda que parcial) responsável, deve ser considerada. Como se pode observar, mesmo diante dessa premissa, a justificativa comum de que a acessibilidade não pode ocorrer por causa da preservação faz parecer um ensaio para que a retórica das pessoas que vivenciam a cidade e os espaços estudados se mantenha sem que sejam necessários investimentos e mudanças de atitude. No entanto, diante do exposto nota-se que com os diversos estudos na área acadêmica é possível adaptar e deixar essa cultura excludente para trás. É preciso mudar as pessoas que ainda vivem com essa mentalidade oitocentista para que elas possam receber tudo o que a herança patrimonial embutida no patrimônio tem a oferecer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade se mostra essencial enquanto componente da prática social ao considerar as diferentes habilidades humanas. Essa condição garantida pela legislação deve ser aplicada em todos os lugares incluindo os sítios de preservação histórica como o caso de Ouro Preto, Minas Gerais.

Promover o acesso de todas as pessoas a sítios históricos com a mesma autonomia é permitir que se usufrua do espaço com a dignidade que representa aquela história, aquele passado, corroborando para a cidadania. A acessibilidade favorece a atividade turística, o acesso ao lazer, à cultura que faz parte da construção da história de todos e por essa razão é de todos e para todos. A vivência nesses espaços é fundamental para a transmissão desses valores sociais e deve ser amplamente exercitada com conforto e segurança.

Deve-se destacar que a preservação desses sítios também é um fator importante para esse processo. Para que sejam parte da cultura de futuras gerações, qualquer intervenção deverá ser planejada e executada com responsabilidade para que o bem cultural não seja danificado, respeitando-se a legislação. Entende-se que o processo de intervenção é muito mais delicado pelo fato de não serem lugares instituídos para receber pessoas com algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida, mas há que se estudar as possibilidades e mobilizar a comunidade para a importância de ações para favorecimento da inclusão social.

Notou-se que na cidade de Ouro Preto a preservação algumas vezes é vista como um empecilho para a vivência e adaptação de novos usos para conforto da população e outras vezes é a justificativa para a não intervenção quando essa não convém ao responsável, seja pela falta de informação, recursos financeiros ou interesse. Uma mudança nestas atitudes e valores só acontece geralmente, infelizmente, quando há uma situação de exclusão de pessoa próxima ou com as próprias pessoas. Esse é o grande erro da sociedade ouro-pretana, que ainda age como se a acessibilidade devesse ser uma correção para as necessidades e não uma prevenção e uma necessidade intrínseca. Da mesma forma deve-se questionar a impunidade dos gestores da cidade que desobedecem a legislação federal vigente.

As mudanças na vida e nas necessidades das pessoas ao longo do tempo assim como a dinâmica das cidades que passou por avanços tecnológicos chamam a atenção para a necessidade de adequar os sítios históricos para uma visão contemporânea afim de trazer benefícios para o contexto social. Nesse sentido, a acessibilidade deve fazer parte dos processos de revitalização e intervenções realizadas em bens culturais.

Os estudos envolvendo os dois temas visam eliminar as barreiras, mas acredita-se que o trabalho mais árduo é o de conscientização da sociedade. Sugere-se que estudos futuros façam um levantamento sobre o assunto e indiquem alternativas para resolução desse problema levando a inclusão social a fazer parte da mentalidade de todos.

A segunda parte desse estudo mostrou um estudo de caso da Praça Tiradentes e da Câmara de Ouro Preto verificando-se por meio de observações e entrevistas informais as condições de acessibilidade nos espaços.

No caso da Praça Tiradentes e da Câmara de Ouro Preto diversas intervenções foram realizadas ao longo dos séculos. Assim, o maior problema para os gestores não parece ser adaptar, mas dar a devida importância às ações em prol da acessibilidade, mesmo porque uma situação leva a outra. A última intervenção na Praça Tiradentes data do período de 2006-2008, ou seja, já existia a NBR 9050 cuja primeira publicação ocorreu na década de 90. Embora essa norma não apresente soluções específicas para sítios históricos possui diretrizes gerais que poderiam ser aplicadas considerando as peculiaridades do local.

Enquanto isso na Câmara de Ouro Preto as intervenções são corriqueiras, somente para atendimento das necessidades banais dos funcionários, de alocação de departamentos e gabinetes de vereadores. Ainda assim, nenhuma dessas intervenções teve o intuito ou se aproveitou do investimento para cumprir as normas de acessibilidade. Quanto à preservação, embora seja uma edificação de boa aparência, bem cuidada pelos gestores e funcionários, foram utilizados materiais diferentes nas últimas intervenções. Na penúltima intervenção, segundo fontes informais de participantes da pesquisa, eram utilizadas divisórias de compensados para adaptar os espaços, no entanto, na última intervenção foi utilizada uma madeira escura como acabamento em todos os espaços, inclusive houve a troca de um material pelo outro não sendo utilizado nenhum resquício da adaptação anterior.

O caso da Câmara Municipal de Ouro Preto torna-se (ainda mais) preocupante e grave tendo em vista que se enquadra nos quesitos bem patrimonial, sede de órgão público municipal e

atrativo turístico. Entende-se que as intervenções devem ser cautelosas, mas ao mesmo tempo são necessárias para o funcionamento e re-apropriação do lugar. Mas, havendo intervenções, essas deveriam assegurar a possibilidade de acesso de todos conforme estabelecido na Legislação Federal. As intervenções modificaram bastante a edificação original, com aprovação do IPHAN de Ouro Preto, mas não alteraram em nada a possibilidade de acesso.

O resultado da pesquisa realizada na segunda parte do estudo confirma o levantamento bibliográfico da primeira parte no quesito da preservação considerando que as condições existentes são oriundas do seu processo histórico de construção, conservando grande parte das características originais em sua espacialidade tais como desníveis de vias e passeios, largura das vias, inclinações; e, ainda, características não originais, mas que já se incorporaram ao conjunto devido aos séculos de implantação como materiais de revestimento, mobiliário, condições das calçadas, acessos às edificações históricas. Pode-se dizer que as barreiras de deslocamento são as que mais contribuem para a falta de acessibilidade e consequente segregação social que acontece com as pessoas com mobilidade reduzida ou com algum tipo de deficiência física. Portanto, o acesso à Câmara de Ouro Preto é insuficiente de acordo com as normas desde o deslocamento externo das pessoas inclusive por toda a cidade, na Praça Tiradentes, no exterior da Casa Legislativa e em seu interior. Assim, um cidadão com problemas de mobilidade não consegue chegar ao espaço com autonomia e segurança, assim como não consegue acessar as dependências do espaço com as mesmas condições. Inclui-se nessa inacessibilidade o transporte para o local que mesmo que isoladamente poderia facilitar esse deslocamento, mas não se pode contar nem com isso. Quando o deslocamento acontece, ainda que com todos esses problemas o cidadão chegue ao interior da Câmara, terá que ser carregado por equipes sem treinamento para acesso aos serviços prestados no espaço, com grandes riscos de acidente, além da experiência que certamente não será a mesma que a de um cidadão sem problemas de mobilidade.

Assim como há elementos do mobiliário urbano nos locais do estudo implantados e renovados como as lixeiras e placas verticais de sinalização, rampas e alteamentos para inibir o tráfego acredita-se que os elementos para o favorecimento da acessibilidade podem ser compatibilizados com a preservação do patrimônio se forem tratados como necessidade assim como os demais.

Com relação ao resultado das condições de acessibilidade fica evidente que a deficiência está presente nos espaços estudados, pois suas características, propositalmente ou não podem ser

consideradas excludentes. Atrelando-se essas características à falta de consciência das pessoas tem-se um espaço totalmente inacessível e segregador.

Acredita-se que a criação e implantação de rotas de acessíveis na Praça Tiradentes e na Câmara pode ser a base para as adaptações. Com isso, a adaptação das vias públicas, dos acessos externos e internos e demais itens analisados nos objetos de estudo seriam um elo entre a preservação do patrimônio cultural e a acessibilidade interferindo nas experiências de todas as pessoas, sem distinção e permitindo o acesso a esses bens patrimoniais consagrados através do turismo.

Espera-se que esse estudo possa contribuir de alguma forma para instigar as discussões acerca da acessibilidade e da preservação do patrimônio cultural, nessa cidade com tanto potencial para as relações humanas e com tamanha significação cultural.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 9050. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 9050. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2015

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Apresentação por Beatriz Mugayar Kühl e tradução por Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl, revisão Renata M. P. Cordeiro.-3ª ed.- Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. (Série Artes & Ofícios.)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 1988. 41 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. *Acessibilidade*. — Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2006.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em abril de 2015.

BRASIL, Lei Geral do Turismo. 2008. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm). Acesso em fev 2016.

BRASIL. Lei nº 13146 de 6 de julho de 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em 09 de outubro de 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. *Turismo e acessibilidade: manual de orientações* / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Acessível: mapeamento e planejamento do turismo acessível nos destinos turísticos*. Volume II. Brasília, 2009, 52 p.

BRUSADIN, L. B. A dinâmica do patrimônio cultural no turismo dentre o processo híbrido de memória e identidade da cultura social. In: *Revista de Cultura e Turismo – CULTUR*, ano 9, nº03, out 2015. Disponível em [www.uesc.br/revistas/culturaeturismo](http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo). Acesso em fev. 2016.

CÂMARA DE VEREADORES DE OURO PRETO - CMOP. História: A Câmara Municipal de Ouro Preto. s/d. Disponível em [http://cmop.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14&Itemid=16](http://cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14&Itemid=16). Acesso em julho de 2015.

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- CIFELLI, Gabrielle. *Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto-MG*. Campinas: Universidade Estadual de Campina, 2005. Dissertação (Mestrado).
- COHEN, Regina. *Cidade, corpo e deficiência: percursos e discursos possíveis na experiência urbana*. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidade e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose da Siqueira. *Afeto e lugar: a construção de uma experiência afetiva por Pessoas com Dificuldade de Locomoção*. In: Anais do Seminário de Acessibilidade no Cotidiano. Rio de Janeiro: Núcleo Pró-Acesso/UFRJ, 2004.
- CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, 09 de julho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.
- COOPER, Chris; *et al.* *Turismo: princípios e práticas*. Tradução Alexandre Salvaterra – 3ª ed. – Porto Alegre: Bookman, 2007, 784p.
- FACHADA DA CÂMARA DE OURO PRETO. Notação Atual: OP - 018(01). REINALDO, João. 1801 - 1900 (Data Provável). S/L. Fundo Obras Públicas – OP do Arquivo Público Mineiro.
- FERREIRA, Oscar Luis. *Patrimônio cultural e acessibilidade: as intervenções do programa monumental, de 2000 a 2005*. Tese (doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2011.
- FIGURA DA ESCADA DA CASA DA CÂMARA DE OURO PRETO. Notação Atual: OP - 018(03). REINALDO, João. 1801 - 1900 (Data Provável). S/L. Fundo Obras Públicas – OP do Arquivo Público Mineiro.
- FONTANA, Luiz. Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Fundo: Fotos do Centro de Ouro Preto. Acervo IFAC/UFOP. Disponível em <http://www.ouropreto.mg.gov.br/luizfontana/index/index.php?pag=3>. Acesso em julho de 2015.
- FRONER, Y. *Conservação e restauração: a legitimação da ciência*. In: Cadernos de Ciência e Conservação – Teoria e Contexto: PPGA-EBA-UFMG, 2013- Belo Horizonte, 333p. : il.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora SA, 1926.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas. 4ª ed. São Paulo, 2002.
- GUIA QUATRO RODAS. Minas Gerais. Editora Abril. Disponível em <http://viajeaqui.abril.com.br/estados/br-minas-gerais/fotos>. Acesso em julho de 2015.

GUIMARÃES, Marcelo Pinto. Acessibilidade Ambiental Para Todos na Escala Qualitativa da Cidade. In *Topos - Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte, V.1, N.1 jul/dez 1999. P 124-133. ISSN 1516-4837.

GUIMARÃES, Marcelo Pinto. *Arquitetura para Papéis Sociais Ativos*. Belo Horizonte: CVI-BH/EA-UFGM. Junho, 1994

GUIMARÃES, Marcelo Pinto. *O Equilíbrio entre Ajudas Técnicas, Acessibilidade Universal e Tecnologia Assistiva e o Aprendizado sobre Processos de Inclusão*. Publicado em [www.diversa.org.br](http://www.diversa.org.br), em junho de 2013.

GUIMARÃES, Marcelo Pinto. *Qualidade de vida*. Universidade de São Paulo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada Departamento de Economia, Administração e Sociologia. Ano 2 – Nº 9 - fevereiro de 2000.

GUIMARÃES, Marcelo Pinto. *Municípios construindo acessibilidade: o que todo prefeito deve saber...* Belo Horizonte, 2012.

ICOMOS. *Carta de Burra*. Austrália: 1980. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

ICOMOS. *Carta de Veneza*. Veneza: 1964. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2000: características gerais da população. Rio de Janeiro, 2000.

IPHAN, Programa Monumenta. Ouro Preto Minas Gerais: imagens. Brasília, 2008.

IPHAN. Portaria nº 420 de 2010. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_420\\_de\\_22\\_de\\_dezembro\\_de\\_2010.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf). Acesso em junho de 2015.

JORNAL VOZ ATIVA, Ouro Preto, 2 de janeiro de 2015. Disponível em <http://www.jornalvozativa.com/praca-tiradentes-tarde-de-natal-cenas-da-ouro-preto-que-amo/>

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA [recurso eletrônico]. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

LEMOS, L. *O valor turístico na economia da sustentabilidade*. São Paulo: Aleph, 2005

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. Trad. Lúcia Haddad. São Paulo, 1998.

MACEDO, N. D. Iniciação à pesquisa bibliográfica. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1994. Disponível em [http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=2z0A3cc6oUEC&oi=fnd&pg=PA7&dq=pesquisa+bibliogr%C3%A1fica&ts=A\\_j9gEyIH&sig=gnOARyFGXy1K5YCKNsMsyzn03ho#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=2z0A3cc6oUEC&oi=fnd&pg=PA7&dq=pesquisa+bibliogr%C3%A1fica&ts=A_j9gEyIH&sig=gnOARyFGXy1K5YCKNsMsyzn03ho#v=onepage&q&f=false). Acesso em julho de 2015.

MELO, Natalia R. *Pelos percursos da acessibilidade: afeto e apropriação nas ambiências de uma cidade histórica*. Estudo de caso em Ouro Preto/MG. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

MENEGUELLO, Cristina. *A preservação do patrimônio e o tecido urbano*. Parte 1: A reinterpretação do passado histórico. *Arquitextos*, São Paulo, ano 01, n. 003.05, Vitruvius, ago. 2000. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.003/992>

MENEGUELLO, Cristina. *A preservação do patrimônio e o tecido urbano*. Parte 2: Manchester, Dublin e São Paulo: reflexões a partir de três estratégias para a recuperação do passado urbano. *Arquitextos*, São Paulo, ano 01, n. 003.06, Vitruvius, ago. 2000. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.003/993>

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Estruturação e Gestão dos 65 Destinos Indutores*. 2008. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/65destinos.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/65destinos.html) . Acesso em 15 de outubro de 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. *The World Bank. Relatório Mundial sobre a Deficiência*. Trad. Lexicus Serviços Linguísticos – São Paulo. SEDPCD: São Paulo, 2011, 26p.

OMT - Organização Mundial do Turismo. *Understanding Tourism: basic glossary*. 2007. Disponível em: <http://media.unwto.org/en/content/understanding-tourism-basic-glossary>. Acesso em 10 de outubro de 2012. *apud* MELO, Natalia R. *Pelos percursos da acessibilidade: afeto e apropriação nas ambiências de uma cidade histórica*. Estudo de caso em Ouro Preto/MG. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

PAIVA, Elaine Kelly Gama. *Acessibilidade e Preservação em Sítio Históricos: o caso de São Luís do Maranhão (PARTE 1 E 2)*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2009.

PANOSSO, Alexandre. PANO, Giovanna. *Turismo e Acessibilidade na Cidade de São Paulo: da teoria à prática*. Departamento de Turismo e Patrimônio – Escola de Turismologia – Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). *Revista Itinerarium* v.3, 2010. <http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium>

PLANTA - CORTE DO CENTRO DA CASA DA CÂMARA DE OURO PRETO. Notação Atual: OP - 018(02). REINALDO, João. 1801 - 1900 (Data Provável). S/L. Fundo Obras Públicas – OP do Arquivo Público Mineiro.

PLIMMER, Frances, *et al.* *Accessibility issues for heritage properties: a frame of mind?* Munich, Germany, October 8-13, 2006.

PROJETO DA CASA DA CÂMARA DE OURO PRETO - PARTE DOS FUNDOS. Notação Atual: OP - 018(04). REINALDO, João. 1801 - 1900 (Data Provável). S/L. Fundo Obras Públicas – OP do Arquivo Público Mineiro.

RIEGL, Alois. *O culto moderno ao monumento: essência e gênese*. Trad. Leonardo Barci Castriota. Belo Horizonte, s/d.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Tradução e apresentação Maria Lúcia Bressan Pinheiro, revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. (Série Artes & Ofícios).

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Apresentação, tradução e comentários críticos por Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1996. 49p. (PRETEXTOS, Série b, Memórias, 2).

SALGADO, Marina. *Ouro Preto: paisagem em transformação*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

SANTANA DA SILVA, Marilda, *O Senado da Câmara de Vila Rica e sua relação política com a Coroa Portuguesa na Segunda Metade do Século XVIII*. Varia Historia [en línea] 2005, 21 (Sin mes): [Fecha de consulta: 2 de mayo de 2016] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434809010>> ISSN 0104-8775

UBIERNA, José Antônio Juncá. *Acessibilidade e bens patrimoniais*. In: *Celebrando a diversidade: pessoas com deficiência e o direito à inclusão*. São Paulo, 2010. p.194-204.

UNESCO, ICCROM E ICOMOS. *Conferência de Nara*. Japão: 1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf> f. Acesso em janeiro de 2015.

UNESCO. *Declaração de Paris*. Paris: 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Apresentação e tradução Beatriz Mugayar Kühl, revisão Renata M. P. Cordeiro.- 4ª ed.- Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006. (Série Artes & Ofícios). p.29.